

SOI
2024

GUIA ACESSÍVEL

Conselho de Paz e Segurança da União Africana - CPS-UA



UNIÃO NORTE-RIOGRANDENSE DOS ESTUDANTES DE DIREITO INTERNACIONAL
SIMULAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS
CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA DA UNIÃO AFRICANA

PROFESSOR COORDENADOR

Diogo Pignataro de Oliveira

PROFESSOR COORDENADOR-ADJUNTO

Thiago Oliveira Moreira

DIRETORIA UNEDI

Secretária-Geral

José Carlos Sobrinho Neto

Vice-Secretária-Geral

Juliana Anita Macêdo Pereira de Paula

Primeiro-Secretário

Pamela Araújo Xavier de Paiva

Segunda-Secretária

Maria Antônia de Sousa Ferreira

Primeiro-Tesoureiro

Renata Briolanja Araújo Xavier

Segunda-Tesoureira

Ana Isabel Fernandes Sousa

DIRETORIA DA CPS-UA

Diretores Acadêmicos

Ana Julia Alves da Costa

Aysha Camille Soares da Silva

Diretores Assistentes

Arthur do Nascimento Pereira

Dominique Vitória Barbosa dos Santos

Ivyson Henrique Oliveira Melo

Maria Clara Medeiros Lacerda Cavalcanti

Victor de Azevedo Ramos

Tutor

Lucas Felipe da Silva

**NATAL/RN
2024**

SOBRE OS AUTORES

Ana Julia Alves da Costa, 20 anos, graduanda em Direito pela UFRN, 5º período. Em 2023, foi membro da Sociedade de Debates Potiguar (SDP) e participou da XXII SOI como Diretora Assistente na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Em 2024, foi diretora do Clube de Simulações da UNEDI (CSU) na Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE). Ademais, é Diretora Acadêmica do Conselho de Paz e Segurança da União Africana (CPS-UA) nesta XXIII SOI, membro do Girl Up Potiguaras, iniciativa da própria Organização das Nações Unidas, e voluntária do projeto social Some Amor.

Arthur do Nascimento Pereira, 22 anos, licenciado em História pela UFRN, 7º período. Teve sua primeira participação na SOI, na Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), como delegado da mini-soi em 2019, bem como na Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) em 2022 e participando novamente na UNESCO em 2023. Atualmente se encontra como diretor assistente do Conselho de Paz e Segurança da União Africana. Simultaneamente, faz parte da Sociedade de Debates Potiguar, ligada a UFRN, como Coordenador de Extensão do projeto.

Aysha Camille Soares da Silva, 21 anos, graduanda em Direito pela UFRN, 5º período. Em suas experiências de Simulação, atuou como Diretora Assistente na XXII edição da SOI, na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), como parte da comissão do Clube de Simulações da UNEDI (CSU) e no projeto UNEMUN, bem como, na XXIII SOI, como Diretora Acadêmica do Conselho de Paz e Segurança da União Africana (CPS-UA). Hodiernamente, atua também no núcleo penitenciário do projeto

Motyrum, como membro da pasta de debates e extensões do projeto Sociedade de Debates Potiguar e pesquisadora do Grupo de Estudos Sociedade e Trabalho da UFRN (GESTO).

Dominique Vitória Barboza dos Santos, 20 anos, graduanda em Direito pela UFRN, 5º período. Em suas experiências com Simulações foi delegada da Angola na XXII edição da SOI, em 2023, na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Em 2024 foi Diretora na primeira edição do Clube de Simulações da UNEDI (CSU) na Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE). Além disso, é Diretora Assistente do Conselho de Paz e Segurança da União Africana (CPS-UA).

Lucas Felipe da Silva tem 24 anos, é graduando de licenciatura em História pela UFRN, cursando atualmente o 14º período. Nas suas experiências de simulação, foi mini delegado da II UNISOI (2015) na Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO); da XV SOI (2015) na Corte Internacional de Justiça (CIJ); da III UNISOI (2016) na Corte de Direitos Humanos (CDH); da XVI SOI (2016) no Parlamento do Mercosul (PARLASUL); da X UNISIM (2016) no Fórum dos Governadores do Brasil (FEGB); da XI UNISIM (2017) no Fórum dos Governadores do Nordeste (FEGN); da II InterBrasil RN (2017) no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU); da XVII SOI (2017) na Organização dos Estados Americanos (OEA), e como delegado da XVIII SOI (2018) no Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS). Já como diretor, foi Diretor Assistente a III UNEMUN (2019) no Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), da XIX SOI (2019) na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO), da XXI SOI (2022) na Federação Internacional de Futebol (FIFA), da XXIII SOI (2023) na Conferência de Paz de Paris como diretor

acadêmico. Em 2024 na XXIII SOI, na condição de Tutor do Conselho de Paz e Segurança da União Africana (CPS-UA).

Maria Clara Medeiros Lacerda Cavalcanti, 20 anos, bacharelanda em Interdisciplinar em Humanidades pela UFRN, 3º período. Em suas experiências com Simulações foi delegada da Argélia na XXII edição da SOI, em 2023, na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Em 2024 foi Diretora na primeira edição do Clube de Simulações da UNEDI (CSU) na Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE). Atualmente, é Diretora Assistente do Conselho de Paz e Segurança da União Africana (CPS-UA).

Victor de Azevedo Ramos, 19 anos, é graduando em Direito na UFRN, cursando atualmente o 3º período. Nas suas experiências de simulação foi delegado da MiniSOI em 2022 na CADHP, secretário-assistente da SimCEI de 2023, delegado da SOI em 2023 na UNESCO. Em 2024, na XXIII SOI, está na condição de diretor assistente do Conselho de Paz e Segurança da União Africana (CPS-UA). Além disso, atua como membro da pasta de debates e extensão da Sociedade de Debates Potiguar (SDP).

Ivyson Henrique Oliveira Melo, 21 anos, técnico em Meio Ambiente pelo Centro Estadual de Educação Profissional João Faustino e graduando em Direito pela UFRN, 5º período. Em 2024, participou do Clube de Simulações da UNEDI (CSU) como delegado dos Países Baixos na Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e na XXIII SOI, compõe o Conselho de Paz e Segurança da União Africana (CPS-UA) como diretor assistente.

RESUMO

O estudo da história e da sociedade do continente africano revela uma trajetória marcada por eventos significativos que abalaram o continente ao longo dos séculos, como o comércio transatlântico de escravizados e a partilha colonial realizada na Conferência de Berlim no século XIX. Os desdobramentos desses acontecimentos reverberam nas dinâmicas políticas e nos conflitos étnicos ainda presentes na atualidade. Figuras emblemáticas como Kwame Nkrumah, Nelson Mandela e Jomo Kenyatta são citadas como líderes inspiradores que encabeçaram os movimentos de independência em seus países, desafiando as estruturas coloniais e almejando a autodeterminação. Outrossim, a diversidade cultural e civilizacional do continente africano emerge como elemento fundamental, evidenciando uma história rica e paisagens deslumbrantes. Contudo, a influência do neocolonialismo econômico nas nações em desenvolvimento é debatida, demonstrando como a pressão por aderência a padrões externos impactam a biodiversidade, a segurança alimentar e as práticas agrícolas tradicionais. A transição para o agronegócio em larga escala é identificada como uma ameaça à sustentabilidade e à soberania alimentar das comunidades locais. Por conseguinte, a persistência dos conflitos interestatais na África contemporânea resulta em colapsos democráticos e marginalização política e econômica. A complexidade dos desafios enfrentados pelo continente, incluindo crises humanitárias, guerras civis e regimes autoritários, emergem como temas que exigem análises críticas e uma compreensão aprofundada das questões sociais e geopolíticas africanas. Destaca-se a necessidade premente de promover políticas que combatam os vestígios autoritários e fortaleçam os princípios

democráticos como parte essencial para o desenvolvimento sustentável do continente africano.

Palavras-chave: União Africana; Decolonialismo; Regimes Autoritários; Antirracismo; Conselho de Paz e Segurança da União Africana (CPS-UA).

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

ACNUR – Agência da ONU para Refugiados

AFDL – Aliança das Forças Democráticas pela Libertação do Congo-Zaire

APC – All People Congress

APSA – Arquitetura de Paz e Segurança Africana

ASA – Fórum de Cooperação África–América do Sul

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CADSP – Política de Defesa e Segurança Comum Africana

CADHP – Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos

CDH – Corte de Direitos Humanos

CIJ – Corte Internacional de Justiça

COMESA – Common Market of Eastern and Southern Africa

CPS-UA – Comitê de Paz e Segurança da União Africana

CEDEAO – Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas

CSU – Clube de Simulações da UNEDI

EAC – East African Community

ECCAS – Economic Community of Central African States

FEGB – Fórum dos Governadores do Brasil

FEGN – Fórum dos Governadores do Nordeste

FIFA – Federação Internacional de Futebol

FOCAC – Fórum de Cooperação China-África

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola

GESTO – Grupo de Estudos Sociedade e Trabalho da UFRN

RPF – Frente Patriótica de Ruanda

RUF – Frente Revolucionária Unida

IDH – Índices de Desenvolvimento Humano

IDEA – Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral

IGADD – Intergovernmental Authority for Drought and Development

LEA – Liga dos Estados Árabe

MLC – Movimento pela Libertação do Congo

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

NEPAD – Nova Parceria para o Desenvolvimento da África

OEA – Organização dos Estados Americanos

OUA – Organização da Unidade Africana

ONU – Organização das Nações Unidas

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

OSCE – Organização para a Segurança e Cooperação na Europa

PARLASUL – Parlamento do Mercosul

PIB – Produto Interno Bruto

RDC – República Democrática do Congo

RUF – Frente Revolucionária Unida

SADC – Southern Africa Development Community

SDP – Sociedade de Debates Potiguar

SOI – Simulação de Organizações Internacionais

TICAD – Tokyo International Conference on African Development

UA – União Africana

UE – União Europeia

UEMOA – União Econômica e Monetária da África Ocidental

UMA – União do Magrebe Árabe

UNAIDS – Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF – Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 11 |
| 2 UNIÃO AFRICANA | 13 |
| 2.1 O CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA DA UNIÃO AFRICANA (CPS-UA) | 20 |
| 3 DIVISÃO GEOPOLÍTICA DO CONTINENTE AFRICANO | 24 |
| 3.1 NORTE DA ÁFRICA | 27 |
| 3.2 ÁFRICA ORIENTAL | 28 |
| 3.3 ÁFRICA CENTRAL | 30 |
| 3.4 ÁFRICA AUSTRAL | 32 |
| 3.5 ÁFRICA OCIDENTAL | 34 |
| 4 HISTÓRICO DO CONTINENTE AFRICANO | 36 |
| 4.1 COLONIALISMO | 39 |
| 4.2 NEOCOLONIALISMO | 42 |
| 4.3 CONSEQUÊNCIAS GERAIS | 46 |
| 5 REVOLUÇÕES AFRICANAS | 51 |
| 5.1 DESCOLONIZAÇÃO | 52 |
| 5.2 LÍDERES REVOLUCIONÁRIOS | 57 |
| 6 CONFLITOS REGIONAIS | 62 |
| 6.1 GUERRAS NO CONTINENTE | 65 |
| 7 REGIMES AUTORITÁRIOS E EXPERIÊNCIAS NÃO DEMOCRÁTICAS | 71 |
| 7.1 IMPACTOS POLÍTICO-SOCIAIS | 75 |
| 8 ATUAL CENÁRIO POLÍTICO DEMOCRÁTICO E ANTI-DEMOCRÁTICO NO CONTINENTE | 82 |
| 8.1 POLÍTICAS ATUAIS DE COMBATE AO AUTORITARISMO | 85 |
| 9 RELAÇÕES BILATERAIS DO CONTINENTE AFRICANO COM OUTRAS NAÇÕES E ORGANISMOS | 91 |
| 10 CONCLUSÃO | 96 |
| 11 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 99 |

1 INTRODUÇÃO

A história africana é rica e diversa, composta por inúmeras culturas, tradições e povos. Conhecê-la permite desmistificar os desdobramentos socioculturais do continente e apreciar suas contribuições para a conjuntura mundial, desde os tempos antigos até os dias de hoje. Sendo assim, a oportunidade de aprofundar a compreensão das questões sociais da África e suas implicações geopolíticas é fundamental para promover discussões críticas acerca dos desafios enfrentados pelo continente em crises humanitárias e guerras civis, por exemplo.

No mundo contemporâneo, um dos impasses mais significativos é a complexidade e persistência dos conflitos interestatais no continente supracitado, ocasionando o colapso dos sistemas democráticos e a marginalização política e econômica dos povos. No território africano, esses impasses revelam a pluralidade política existente, característica que dificulta a adoção de medidas uniformes para a tomada de decisões e completude do ideário nacional entre os diversos países. Nesse contexto, a urgência dessa temática impôs aos Estados africanos a necessidade de buscar a consolidação da paz entre seus habitantes, fundamentando-se nas recomendações e resoluções emanadas pelas instituições internacionais, como a União Africana (UA).¹

Sendo assim, a presente pesquisa busca analisar a complexidade dos conflitos civis frente aos regimes políticos existentes na África, demonstrando a influência desse impasse no colapso dos sistemas democráticos e da conjuntura socioeconômica dos países. Ao longo da

¹ Almeida, E. C. O Papel Da União Africana Na Segurança Em África: Do Mar Mediterrâneo Ao Cabo. PROELIUM, v. 7, p. 129–140, 2016.

exposição, é possível compreender as tortuosas dificuldades enfrentadas pelos Estados africanos, as alternativas adotadas para resolver os conflitos internos e o anseio de permitir a consolidação da paz entre os habitantes africanos, alcançando a potencial prosperidade econômica e social pertencente a esse excepcional continente.

Para tanto, a metodologia utilizada neste guia de estudos foi uma revisão bibliográfica de caráter exploratório, abarcando autores especializados, características regionais dos territórios, material científico e aspectos históricos do continente que demandaram a formulação de entidades internacionais africanas com suas respectivas prerrogativas. Este conteúdo demonstra a resistência do continente aos impasses consolidados por eventos históricos mundiais na África - desde a exploração neocolonial à pandemia da Covid-19, por exemplo - que influenciaram diretamente nos conflitos segregatórios no território.

Cabe, dessa forma, ressaltar que o Comitê de Paz e Segurança da União Africana (CPS-UA) será um destaque singular nesta edição da Simulação de Organizações Internacionais (SOI) frente aos críticos parâmetros hodiernos apresentados anteriormente. Este órgão imponente, representante da resistência dos povos de África em instaurar o equilíbrio entre as nações, atua no desenvolvimento de um conjunto de medidas estratégicas para apaziguar as disparidades socioterritoriais vivenciadas por África desde suas raízes.

2 UNIÃO AFRICANA

Sucessora da Organização da Unidade Africana (OUA) no combate aos conflitos internos de governança no território africano, a União Africana (UA) busca estruturar a ordem social e a segurança interna, bem como promover o desenvolvimento dos padrões de qualidade de vida no continente. Desenvolvida em 2002, com a atuação constituída com a dissolução do órgão internacional anterior, mantém um caráter ativo para a mediação de conflitos, visando a pacificação e o equilíbrio político, social e econômico do território africano.

No passado, a OUA, criada oficialmente em 25 de maio de 1963, representou a vontade de líderes africanos em promover o processo de descolonização europeia e alcançar a legitimação da existência de novas nações, deixando de lado suas diferenças políticas em prol de um objetivo único.² Para tanto, essa organização internacional buscou mediar os conflitos internos do continente com soluções pacíficas, a fim de garantir a integração regional e a emancipação dos povos, vítimas do fenômeno europeu brutal de exploração: o neocolonialismo.

O projeto político continental no processo de transição do neocolonialismo a uma sociedade democrática, desenvolvido com a atuação da OUA, contou com discussões acerca da condenação da segregação racial imperialista, exaltação nacional, alerta as questões sociais e de saúde no território, representatividade no cenário

² Diallo, A. O. **INTEGRAÇÃO AFRICANA: DA ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE AFRICANA À UNIÃO AFRICANA**. Espaço Jurídico Journal of Law [EJLL], v. 6, n. 1, p. 7–20, 2005.

internacional e o enfoque na reforma educacional para o desenvolvimento interno do continente africano.³

Para o professor e pesquisador congolês Mbuyi Kabunda Badi, a integração regional consiste na:

Instauração ou estabelecimento de uma coesão interna entre as diversas comunidades de uma entidade política pré-existente, por meio do fortalecimento de um sentimento nacional. Essa integração visa, sobretudo, a criação de um Estado-nação em que se diluem ou coexistem as diferenças linguísticas, religiosas ou étnicas.⁴

No entanto, o instituto internacional antecessor à União Africana apresentava uma lacuna significativa no seu papel de fomentar a ordem social em sua inércia para apaziguar os conflitos de governança em todo o continente africano. Somado à dependência de países africanos com os antigos senhores coloniais, isso permitiu a consolidação de líderes autoritários que desrespeitavam os direitos humanos e exaltavam seus próprios interesses em detrimento dos interesses coletivos, gerando uma insatisfação com a incapacidade da organização mediadora de lidar com as disputas internas de poder existentes.

As divisões políticas na África, agravadas durante o fim do imperialismo, culminaram na formação de elites políticas envolvidas em uma batalha interna acerca de propostas sobre os caminhos ideais para o desenvolvimento de países africanos. O compartilhamento de experiências comuns, como a colonização e a escravidão, não resultou,

³ Fernandes, Márcia. (2016). **A organização da unidade africana como expressão do projeto político continental no pós-independência: disputa e reivindicações.** Sankofa (São Paulo).

⁴ Badi, Mbuyi Kabunda. **La integración africana: problemas y perspectivas.** Madrid: Agencia Española de Cooperación Internacional, 1993, p. 31.

automaticamente, na adoção de políticas uniformes após a conquista das primeiras independências,⁵ uma vez que a pluralidade política e social são características presentes no território africano que não podem ser ignoradas. Logo, à medida que os regimes coloniais chegavam ao fim, as elites políticas africanas enfrentavam o desafio de construir uma sintonia entre Estados plurais em relação aos caminhos a serem seguidos.⁶

Além disso, a queda do muro de Berlim, em 9 de março de 1989, marcou o encerramento de uma fase crucial no contexto internacional do século XX e teve impactos significativos na inserção global do continente africano, possivelmente um dos mais afetados pelas mudanças decorrentes do fim da Guerra Fria.⁷ O continente africano sofreu com a marginalização no cenário internacional, instabilidade política e crescente déficit econômico, uma vez que perdeu grande parte de sua importância estratégica para as potências centrais e, logo, a sua capacidade de barganha internacional.⁸

Em muitas partes do mundo a ascensão do neoliberalismo resultou em um aumento da desigualdade social. Havendo altas taxas de desemprego e crises sociais, o continente africano sofreu com impactos profundos, o que levou ao quase colapso das estruturas estatais formadas durante o processo de descolonização,

⁵ Appiah, K. A. **A invenção da África**. In: Appiah, K. A. Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. Cap. 1, p. 19-52.

⁶ Falola, T. **Seek Ye the Political Kingdom: Nationalism and Nation Building**. In: Falola, T. Nationalism and African Intellectuals. Rochester, New York: University of Rochester Press, 2001. Cap. 3, p. 97-142.

⁷ Diallo, Mamadou. **A Paz e desenvolvimento na África do século XXI: um balanço do período pós-Guerra Fria**. Videre, Dourados, MS, ano 3, n.5, p.43-61, jan-jun.2011.

⁸ De Oliveira, Guilherme Ziebell; Cardoso, Nilton César Fernandes. **A inação das Comunidades Econômicas Regionais no contexto da crise nos Camarões: Um retorno ao passado?**. Africana Studia, n. 33, 2021.

desencadeando uma extensa onda de violência. Dessa forma, a primeira década após a Guerra Fria, caracterizada pela transição de um mundo dominado por paradigmas bilaterais para outro mais liberal e globalizado, representou um período de guerras entre estados e ajustes tanto nas esferas econômicas quanto políticas no território nacional.⁹

Ainda assim, a reformulação do organismo internacional em questão – a Organização da Unidade Africana –, originando a União Africana, representa a continuidade da extensa mobilização do continente em estabelecer oportunidades de integração mais equitativas para as nações africanas. Isso foi acompanhado por uma firme condenação da exploração perpetrada pelo darwinismo social,¹⁰ juntamente com advertências de que os países africanos deveriam emergir como participantes no cenário internacional por meio da integração regional para alcançar a expansão econômica.

A proclamação da União Africana ocorreu por intermédio da Declaração de Sirte em 1999, documento fundamental que atribuiu a esta entidade a responsabilidade de gerir os assuntos do continente de forma coordenada e unificada. Embora essa declaração tenha estabelecido os princípios e objetivos da União Africana, a efetiva criação da organização foi formalizada posteriormente, durante a Cúpula de Lomé, em 2000. Foi nessa ocasião que a Ata Constitutiva da União Africana foi adotada, dando início ao processo de sua implementação. Esta ata entrou em vigor no ano seguinte, em 2001, na cidade de

⁹ Penna Filho, P. **África: desafios e oportunidades no novo milênio África. Africa: challenges and opportunities in the new millennium.** Revista de Educação Pública, [S. l.], v. 21, n. 46, p. 303–318, 2012. DOI: 10.29286/rep.v21i46.410. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/410>. Acesso em: 2 mar. 2024.

¹⁰ Bolsanello, M. A.. (1996). **Darwinismo social, eugenia e racismo "científico": sua repercussão na sociedade e na educação brasileira.** Educar Em Revista, (12), 153–165. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.166>

Lusaca, Zâmbia. No entanto, o lançamento oficial da União Africana ocorreu em um evento marcante em Durban, África do Sul, em 9 de julho de 2002.¹¹

Ainda assim, ciente de que mudanças inconstitucionais de governo são uma das causas de insegurança, instabilidade, crise e até mesmo conflitos violentos na África, o preâmbulo da Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governança, demonstra como as contribuições que a União Africana podem proporcionar para proteger, fortalecer e consolidar a democracia e a boa governança. Esse ideal busca barrar os traços de autoritarismo enraizados nos modelos políticos ao promover a prosperidade da África quando a representatividade estiver ligada à limitação dos poderes e à consciência de cidadania.¹²

Nessa ocasião, os líderes africanos e representantes dos Estados-membros formalizaram o estabelecimento da União Africana, marcando o início de uma nova era de cooperação e integração regional no continente frente aos conflitos internos existentes e às mudanças mundiais geradas pelo fim da Guerra Fria.¹³ Atualmente, esse bloco com 55 (cinquenta e cinco) membros,¹⁴ busca contornar os resquícios da colonização, fortalecer a integridade nacional através da resolução pacífica de conflitos e guiar o continente africano à uma ascensão econômica pós-mundo bipolar, temáticas que sua antecessora não conseguiu administrar.

¹¹ Haffner, J. A. H., & Viana, G. E. S. (2013). **União Africana: desafios e oportunidades do bloco**. *Conjuntura Austral*, 4(20), 69–94. <https://doi.org/10.22456/2178-8839.38134>

¹² *Ibidem*.

¹³ Haffner, 2013

¹⁴ ISNCA | Symposium. Disponível em: <https://isnca.org/pt/uni%C3%A3o-africana-ua/>. Acesso em: 2 mar. 2024.

Em outra instância, o Ato Constitutivo da UA destaca temas econômicos, sociais e culturais, visando o desenvolvimento sustentável do continente. Essa nova organização desenvolvida adotou uma estrutura altamente inovadora, promovendo a participação ativa da sociedade civil, com ênfase na inclusão das mulheres no processo decisório, além de incentivar a colaboração com organizações não governamentais (ONGs), sindicatos e entidades empresariais, reconhecidos como grupos essenciais para a ascensão da economia africana.¹⁵

O órgão supremo da UA é a Conferência da União composta por chefes de Estado e de Governo africanos e seus respectivos representantes credenciados, conforme descrito no regulamento próprio adotado pela organização. Além disso, esse ordenamento oficial - o Regulamento Interno da Conferência da União¹⁶ - é responsável por tratar de questões diversas acerca da sua atuação, definindo o quórum decisório necessário, competências, encontros anuais e critérios de votação, por exemplo.

Especialmente, o artigo 33º do Regulamento Interno estabelece categorias de decisões da Conferência: os regulamentos, recomendações, declarações, resoluções, opiniões aos Estados, etc. A primeira diz respeito à aplicabilidade direta em todos os Estados-membros. A segunda compete a uma ou à totalidade dos países

¹⁵ FERNANDES, Joel Aló et al. **A consolidação da União Africana e o desenvolvimento sustentável: novos horizontes da integração econômica para viabilizar o mercado comum da África**. 2012.

¹⁶ REGULAMENTOS INTERNOS DA CONFERÊNCIA DA UNIÃO E DO CONSELHO EXECUTIVO, ESTATUTOS DA COMISSÃO E REGULAMENTOS INTERNOS DO COMITÉ DOS REPRESENTANTES PERMANENTE. [s.l: s.n.]. Disponível em: https://archives.au.int/bitstream/handle/123456789/6448/Rules%20of%20Procedure%20of%20the%20Assembly%2C%20Executive%20Council%2C%20PRC%20%26%20Statutes%20of%20the%20Commission%20_P.Pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 18 abr. 2024.

envolvidos, agrupamentos e indivíduos, apresentando uma obrigação em relação aos objetivos a serem alcançados, ao passo que as autoridades nacionais possuem a capacidade de decidir sobre os métodos e a maneira de sua execução. Por fim, a terceira trata de medidas substancialmente recomendatórias – pouca coercibilidade –, as quais orientam e harmonizam os Estados signatários.¹⁷

Dentre as funções descritas no artigo 9º do Ato Constitutivo da UA referentes à Conferência da União, tem-se:

- a) determinar as políticas comuns da União;
- b) receber, analisar e tomar decisões sobre relatórios e recomendações dos outros órgãos da União;
- c) considerar os pedidos de adesão à União; ,
- d) criar qualquer órgão da União;
- e) assegurar o controle da implementação das políticas e decisões da União e zelar pela sua aplicação por todos os Estados-membros;
- f) adotar os orçamentos da União;
- g) dar diretivas ao Conselho Executivo sobre a gestão de conflitos, de situações de guerra e outras emergências, e sobre a restauração da paz;
- h) nomear e demitir os juízes do Tribunal de Justiça;
- i) designar o presidente da Comissão e seu(s) adjunto(s) e comissários da Comissão e determinar as suas funções e o seu mandato.¹⁸

Além do imponente órgão exposto anteriormente, para alcançar os pontos delineados no artigo 4º do Ato – Princípios –, a União Africana precisou desenvolver diversos outros órgãos com funções e responsabilidades únicas, sendo o artigo 5º do Ato, responsável por determinar essa composição:

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ AU (2002). ACTO CONSTITUTIVO DA UNIÃO AFRICANA, Addis Ababa. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/377048654/Acto-Constitutivo-Ua>. Acesso em: 4 mar. 2024.

“[...] o Conselho Executivo, o Parlamento Pan-Africano, Tribunal de Justiça, o Conselho de Paz e Segurança, Comissão, o Comitê de Representantes Permanentes, os Comitês Técnicos Especializados, o Conselho Econômico, Social e Cultural, as Instituições Financeiras e a Comissão da União Africana de Direito Internacional”.¹⁹

Nessa perspectiva, demonstra-se que a unificação de uma sociedade implica, primordialmente, na redução ou eliminação dos antagonismos que a fragmentam, cessando as contendas que a prejudicam ou ameaçam, e assim permitindo seu desenvolvimento. Esse quesito demonstra que a criação de órgãos interestatais e suas medidas no plano africano são essenciais para fomentar não só a mitigação de antagonismos prejudiciais, mas permitir que laços de solidariedade sejam criados para perpetuar a busca por objetivos sociais, econômicos e políticos comuns.²⁰

2.1 O CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA DA UNIÃO AFRICANA (CPS-UA)

Após as independências, o cenário herdado pela União Africana era resumido na persistente dificuldade em consolidar a soberania das instituições africanas, entraves na integração regional e a marginalização socioeconômica dos povos. Esse paradigma alarmante fomentou a necessidade do desenvolvimento e da aplicação de ações

¹⁹ *Ibidem.*

²⁰ Fernandes, 2012.

decisivas que freassem os crescentes fenômenos de autoritarismo no continente, os quais se tornavam cada vez mais complexos.²¹

Para a completude dessa atuação incisiva do bloco, diferenciando-se da OUA que não apresentava qualquer programa de gestão de conflitos estruturado, foi desenvolvida a Arquitetura de Paz e Segurança Africana (APSA).²² Criada juntamente com a UA, atua na garantia de direitos aos cidadãos africanos e soluções pioneiras para missões de crises humanitárias e políticas, agindo na prevenção e apaziguamento territorial.

Essa arquitetura compreende um conjunto de instituições, normas e procedimentos elaborados para abordar a prevenção de conflitos, promoção da paz e segurança na África. O fundamento jurídico da APSA reside no Ato Constitutivo da União Africana,²³ sua estrutura, objetivos e princípios são delineados pelo protocolo referente à criação do Conselho de Paz e Segurança (CPS). Logo, ao ser o responsável por guiar o plano de integração regional e mediação de conflitos, esse órgão possui destaque na União Africana desde que foi adotado pelos países membros em 2002.²⁴

Especificamente, esse conselho foi o resultado da necessidade de incorporar a implementação de um sistema gradual de intervenção diante da incidência de conflitos no continente, dando prioridade à abordagem político-diplomática em sua administração. Com essa finalidade, foi projetada uma estrutura aprimorada ao sistema no qual o Conselho de Paz e Segurança assume o papel central de controle,

²¹ Fernandes, 2012

²² Porto, João Gomes. **A Nova Arquitectura de Segurança Africana: O alerta antecipado no seio da União Africana. Online**). Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/africa/porto_nova_arquitetura_seg_africana.pdf, 2010. Acesso em: 1 mar. 2024.

²³ ALMEIDA, 2016, p. 129-140.

²⁴ AU, 2002.

atuando como o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) no cenário regional do continente africano.²⁵

Para sua tomada de decisões, a UA solicita a busca pelo consenso em sua estrutura diretiva composta por 15 membros (10 eleitos para mandatos de dois anos e 5 membros para mandatos de três anos). Na votação é necessário a obtenção de maioria simples para questões regulares, enquanto que para resoluções é requerida a aprovação de dois terços de seu quórum. Os membros da estrutura coletiva de segurança são definidos a partir da capacidade de contribuição militar e financeira de cada país para com o bloco, bem como a vontade política e presença diplomática eficazes em Adis Abeba, Etiópia, sede da União Africana.²⁶

O Protocolo Sobre o Estabelecimento do Conselho de Paz e Segurança da União Africana determina o resguardo à manutenção da paz e intervenção imediata em situações de genocídio, crimes de guerra e violações dos direitos humanos. Seus objetivos atribuídos, conforme estabelecido pelo documento²⁷ no artigo 3º – Objetivos –, demonstram a postura de encorajamento às práticas democráticas, ao estado de direito, à boa governança e à proteção aos direitos humanitários internacionais. Para tanto, elencadas no artigo 7º do documento supracitado, as suas principais funções tratam da prevenção de conflitos ou de políticas que ocasionam crimes contra a humanidade, restauração e consolidação da paz e a intervenção em Estados-membros que vivenciem práticas anti-democráticas, guerras e entre outros.²⁸

²⁵ Almeida, 2016

²⁶ *Ibidem*.

²⁷ AU (2002). Protocol Relating to the Establishment of the Peace and Security Council of the African Union, The African Union Commission, Addis Ababa. Internet: http://www.au.int/en/sites/default/files/Protocol_peace_and_security.pdf. Acesso em: 2 mar. 2024.

²⁸ *Ibidem*.

Diante desse contexto, é evidente que há um claro chamado à ação para a União Africana e seu Conselho de Paz e Segurança. A instabilidade política, econômica e, acima de tudo, militar persiste como um desafio para muitos países africanos no mundo hodierno. Portanto, é imperativo que essas instituições continuem a explorar e abrir caminhos que conduzam à tão necessária estabilidade na região, investindo em iniciativas que promovam a segurança e o desenvolvimento sustentável para resguardar um futuro próspero ao continente africano e seus habitantes.

3 DIVISÃO GEOPOLÍTICA DO CONTINENTE AFRICANO

A África é o segundo maior continente do mundo, com cerca de 30 milhões de quilômetros quadrados de extensão, cobrindo 22,5% da área terrestre. O continente é banhado pelo Mar Mediterrâneo ao norte, pelo Oceano Atlântico a oeste e pelo Oceano Índico a leste.²⁹ Com uma população de mais de 1,3 bilhão de habitantes, é evidente uma rica diversidade cultural. Existem, aproximadamente, 2.100 línguas faladas no continente, como o *swahili*, o *yorubá*, o *igbo*, o *hauçá*, o *zulu*, o *xhosa*, o *somali*, o *fula* e o *afrikáans*, assim como as de origem estrangeira como o árabe, o português, o inglês, o francês e o neerlandês.³⁰

Atualmente, os 54 estados soberanos que compõem o continente são regionalizados de duas formas. A primeira se atenta à localização dos países: Norte da África, África Oriental, África Central, África Austral e África Ocidental. A segunda busca dividir o continente entre África Branca ou Setentrional e África Negra ou Subsaariana a partir de fatores étnicos e religiosos.³¹ Contudo, será adotada a primeira interpretação, que dispõe a divisão do imenso território em 5 sub-regiões, conforme a visão oficial da Organização das Nações Unidas (ONU).

²⁹ Santos, Eduardo Eugénio Silvestre dos. A Geopolítica de África. **Revista Militar**, Lisboa, p. 975-985, 2022. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1600>. Acesso em: 27 fev. 2024.

³⁰ EENI Global Business School. Línguas afro-asiáticas, nilo-saarianas, nigero-congolesas, khoisan, austronésias (Doutoramento em Negócios Africanos). **Línguas africanas**, Barcelona. Disponível em: <https://www.hauniversity.org/pt/Lenguas-africanas.shtml>. Acesso em: 17 mar. 2024.

³¹ Fourie, Willem. Four concepts of Africa. **Herv. teol. stud.**, Pretoria, v. 71, n. 3, p. 01-10, 2015. Disponível em: http://www.scielo.org.za/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0259-94222015000100012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 8 mar. 2024.

Sobre a relevância internacional do continente, é notável o imaginário ocidental construído e disseminado internacionalmente da África como um lugar subdesenvolvido e subalterno.³² Nesse sentido, é um dos continentes cujos países apresentam os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH)³³ e maiores taxas de HIV, com 65% dos sorospositivos globais apenas na África Subsaariana.³⁴ Ademais, há uma grande desigualdade econômica dentro do continente, como se percebe pelo fato de que possui o 38º maior Produto Interno Bruto (PIB) do mundo pertencente à África do Sul,³⁵ como também apresenta um dos menores PIB relativo a São Tomé e Príncipe, na 210ª posição.³⁶

Contudo, o continente tem apresentado notável desenvolvimento nos campos econômico e tecnológico. Calcula-se que o crescimento econômico da África deve superar o resto do mundo em 2023 e 2024, segundo o Banco Africano de Desenvolvimento no relatório sobre o Desempenho e Perspectivas Macroeconômicas.³⁷ Também, é válido ressaltar os esforços em busca de um cenário africano mais democrático

³² Hugon, Philippe. **Geopolítica da África**. FGV, 2010.

³³ United Nations Development Programme. **Ranking IDH Global 2014**. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/idh-global-2014>. Acesso em: 8 mar. 2024.

³⁴ Nações Unidas Brasil. **Novo Relatório da UNAIDS mostra que pandemia de AIDS pode acabar até 2030**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/239513-novo-relat%C3%B3rio-do-unaid-mostra-que-pandemia-de-aids-pode-acabar-at%C3%A9-2030-e-descreve-caminho>. Acesso em: 8 mar. 2024.

³⁵ Nascimento, Houdini. Disputas no governo e má gestão travam economia da África do Sul. **PODER 360**, 22 ago. 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/disputas-no-governo-e-ma-gestao-travam-economia-da-africa-do-sul/>. Acesso em: 8 mar. 2024.

³⁶ The World Bank Data. **GDP (current US\$)**. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?end=2022&most_recent_value_desc=false&start=2022&view=bar&year_high_desc=true. Acesso em: 8 mar. 2024.

³⁷ Grupo Banco Africano de Desenvolvimento. **Economia de África cresce mais que a previsão mundial para 2023 e 2024 - Relatório bianual do Banco Africano de Desenvolvimento**. 19 jan. 2023. Disponível em: <https://www.afdb.org/pt/noticias-e-eventos/comunicados-de-imprensa/economia-de-africa-cresce-mais-que-previsao-mundial-para-2023-e-2024-relatorio-bianual-do-banco-africano-de-desenvolvimento-58302>. Acesso em: 18 abr. 2024.

que pode ser visto na criação da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD), uma integração internacional das nações africanas em busca de criar condições justas e equitativas para participação efetiva da vida política mundial que tem apresentado resultados bastante positivos.³⁸

Além disso, grande parte de sua economia é voltada à exportação de minérios e fontes de energia, como petróleo e gás natural, em decorrência da herança colonial do modo de produção, tendo em vista que os principais receptores dos minérios são países – em sua maioria da Europa – que previamente haviam colonizado a região. Notoriamente, diversas nações africanas têm realizado o processo de industrialização recentemente, uma vez que vários países se tornaram independentes há apenas algumas décadas.³⁹

Um dos principais blocos econômicos da África é a União Africana,⁴⁰ que apresenta uma grande importância tendo em vista a proposta de garantir “uma África integrada, próspera e pacífica, liderada por seus cidadãos e representando a força dinâmica na arena global” (tradução livre).⁴¹ Especialmente ligada à ideia de pan-africanismo, isto é, uma teoria e movimento social que busca a liberdade e integração da comunidade negra (africana e afrodescendente), visando destacar o papel do povo negro no cenário internacional.⁴²

³⁸ Diallo, Alfa Oumar. Renascimento Africano e Desenvolvimento. **Conjuntura Austral**, 2011, v. 2, n. 6, pág. 92-120.

³⁹ Penna Filho, Pio. A África no século XXI. A importância do continente para a política internacional. **Revista CEBRI**. abr-jun. 2023. Disponível em: <https://cebri.org/revista/br/artigo/99/a-africa-no-seculo-xxi>. Acesso em: 17 mar. 2024.

⁴⁰ Santana, Thiago Machado. **União Africana: por uma geopolítica pan-africanista**.

⁴¹ About the African Union. The African Union Commission. Disponível em: <https://au.int/en/overview>. Acesso em: 8 mar. 2024.

⁴² Barbosa, Muryatan Santana. **Pan-africanismo e teoria social: uma herança crítica**. África, São Paulo. v. 31-32, p. 135-155, 2011/2012.

Dado que o continente africano foi dividido pelas potências europeias na Conferência de Berlim, em 1885, de acordo com as zonas de influência e exploração que mais as favoreciam, ignorando por completo a regionalização das populações locais, um dos principais objetivos do pan-africanismo é a união dos países africanos.⁴³

3.1 NORTE DA ÁFRICA

O Norte de África, também referido como África Setentrional, África Islâmica ou, também, África Branca em contraposição à África Negra (África subsaariana), compreende os países localizados ao norte do continente africano, próximos ao mar Mediterrâneo, mas não apenas. Pelo geoesquema da ONU, incluiu-se nessa sub-região os seguintes países: Marrocos, Tunísia, Argélia, Líbia, Egito, Saara Ocidental e Sudão. Em relação aos aspectos étnicos, há em grande parte comunidades afro-asiáticas, predominantemente árabes e berberes. A maioria da população branca explica o nome dado a essa região como África Branca.⁴⁴

Todos os países referidos são membros da Liga dos Estados Árabe (LEA) e cinco países desta região do continente (Marrocos, Tunísia, Argélia, Líbia e Mauritânia) formam uma organização de integração econômica sub-regional, a União do Magrebe Árabe (UMA). Essas organizações fundamentam seus principais objetivos nos esforços

⁴³ Martin, Júlia Saint. **O que é o Pan-africanismo?** Disponível em: <https://www.politize.com.br/pan-africanismo>. Acesso em: 17 mar. 2024.

⁴⁴ Brett, Michael; Warrington, Brian H.; Abun-Nasr, Jamil M.. North Africa. **Encyclopedia Britannica**, 17 mar. 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/North-Africa>. Acesso em: 19 mar. 2024.

pela integração econômica seguindo as etapas de zonas de livre-comércio, com a suspensão tarifária, por exemplo.⁴⁵

Essa região é composta vastamente pelo Deserto do Saara, fato que dificulta o desenvolvimento agropecuário. Contudo, o subsolo apresenta imensa riqueza mineral. A principal atividade econômica do Norte da África é a exportação de minérios, em especial o petróleo e o gás natural da Argélia, o fosfato do Marrocos e da Tunísia. A Argélia faz parte da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).⁴⁶

A OPEP surgiu como uma iniciativa de contrapor as empresas transnacionais dos Estados Unidos e da Inglaterra que exploravam os recursos dos países detentores de grandes reservas de petróleo sem proporcionalidade na divisão dos lucros. Como a economia global ainda é bastante dependente do petróleo, essa organização detém significativo poder internacional, sendo capaz de alterar o ritmo de desenvolvimento de diversos países. Ao longo dos anos, países travaram conflitos sob a obtenção dessa matéria-prima, como a Guerra do Golfo, causando alterações de preços.⁴⁷

3.2 ÁFRICA ORIENTAL

A África Oriental é a parte da África banhada pelo Oceano Índico e inclui não só os países costeiros e insulares, Comores, Djibouti, Eritreia, Etiópia, Quênia, Seicheles, Moçambique, Somália e Tanzânia,

⁴⁵ de Assis, Caroline Chagas; Ribeiro, Renata Albuquerque; Garcia, Ana Saggiore. **Integração regional africana: panorama, avanços e desafios**. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bepi32art5>.

⁴⁶ Zimmermann, Igor. **OPEP: o que é e qual a sua importância?**, 27 jul. 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/ojep-o-que-e/>. Acesso em: 23 mar. 2024.

⁴⁷ *Ibidem*.

mas também alguns do interior, como Burundi, Ruanda e Uganda, além de Zimbabwe, Zâmbia e Malawi, herdeiros independentes da antiga Federação da Rodésia e Niassalândia são igualmente incluídos nesta definição de sub-região estatística da ONU. Por vezes, o Sudão também é considerado parte da África Oriental. Além disso, países da África Austral e Madagascar são também considerados parte da África Oriental.

Estes países estão associados em várias organizações, como no *Common Market of Eastern and Southern Africa* (COMESA), na *Southern Africa Development Community* (SADC), na *East African Community* (EAC) uma união política, social e econômica com uma história que remonta à colonização e que agrupa três Estados: Quênia, Tanzânia e Uganda.⁴⁸

Desse modo, é importante mencionar o papel da *Intergovernmental Authority for Drought and Development* (IGADD), uma organização voltada para enfrentar a seca e a insegurança alimentar na região. O histórico problemático de má gestão política, social e econômica comum entre os países fomentou a iniciativa de desenvolver essa comunidade, na qual a agricultura sustentável e a integração de bens e serviços são prioridade. Apesar dos esforços, a agenda de paz e segurança tem sofrido bastante devido às disputas de fronteiras entre Etiópia-Eritreia, Djibouti-Eritreia e Sudão-Sudão do Sul.⁴⁹

Também, cerca de 160 grupos étnicos diferentes habitam a região. Os maiores grupos são os Oromo, falantes de *cushita*, que ocupam parte do sul da Etiópia, e os Somali, que ocupam toda a

⁴⁸ de Assis, Caroline Chagas; Ribeiro, Renata Albuquerque; Garcia, Ana Saggiore. **Integração regional africana: panorama, avanços e desafios**. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bepi32art5>.

⁴⁹ *Ibidem*.

Somália, além do sudeste da Etiópia e grande parte de Djibouti. No que concerne à linguística, a maioria dos povos da Eritreia e da Etiópia fala idiomas do ramo *cushita* das línguas afro-asiáticas, enquanto os falantes de línguas nilo-saarianas se encontram na Uganda e partes da Quênia e Tanzânia. No restante dos países, encontram-se falantes de línguas *bantu*.⁵⁰

3.3 ÁFRICA CENTRAL

A África Central é a sub-região que fica no centro do continente africano. Para o Departamento de Estatística da Organização das Nações Unidas, compreende os seguintes países: Angola, Burundi, Camarões, Chade, República do Congo, República Democrática do Congo, Gabão, Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe, República Centro-Africana e Ruanda.⁵¹

Do ponto de vista cartográfico, poderiam considerar-se como países "centrais" da África: o Chade, a República Centro-Africana e a República Democrática do Congo. Do ponto de vista geográfico, pode-se considerar o conjunto dos países que não têm costa marítima; nesta definição, o Congo e a República Democrática do Congo não estariam incluídos, mas estariam neste grupo o Mali, o Níger e o Burkina Faso, que são normalmente incluídos na África Ocidental, a Etiópia, o Uganda, o Ruanda e o Burundi, que são geralmente agrupados na África Oriental,

⁵⁰ Low, D. Anthony; Marcus, Harold G. Eastern Africa. **Encyclopedia Britannica**, 17 mar. 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/eastern-Africa>. Acesso em: 19 mar. 2024.

⁵¹ Hoogstraten, Jan S.F. van; O'Toole, Thomas E.; Giles-Vernick, Tamara Lynn. Central African Republic. **Encyclopedia Britannica**, 13 Mar. 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Central-African-Republic>. Acesso em: 19 mar. 2024.

e o Malawi, a Zâmbia, o Zimbabwe, o Botsuana, o Lesoto e o Essuatíni, que são geralmente considerados países da África Austral.⁵²

Ademais, o grande volume de petróleo e outras reservas minerais, assim como as terras aráveis e de potencial hídrico tornam essa região uma das mais estratégicas. Seis destes países se encontram agrupados em uma organização de integração econômica, a *Economic Community of Central African States* (ECCAS), o Chade, a República do Congo, o Camarões, o Gabão, a Guiné Equatorial e a República Centro-Africana.⁵³

A ECCAS harmoniza seus interesses com a UA e divide seus objetivos em: paz e segurança; mercado comum; meio ambiente e recursos naturais; ordenamento dos territórios e infraestrutura; gênero e desenvolvimento humano. Atualmente, os países se encontram em uma integração moderada, onde a circulação de pessoas é um dos fatores mais desenvolvidos e o país da República do Congo possui maior destaque nesse sentido.⁵⁴

Sobre questões étnicas, os povos da África Central tradicionalmente são caçadores-coletores que vivem nas florestas e foram chamados de “pigmeus” durante séculos pela sociedade dominante, adquirindo uma conotação negativa. Contudo, essas comunidades se identificam como povos da floresta, tendo em vista a importância da floresta em sua cultura, modo de vida e história.⁵⁵

Os principais grupos são os *Twa*, os *Aka*, os *Baka* e os *Mbuti*. Apesar das diferenças culturais, o que une esses grupos, além da percepção do meio ambiente como lar espiritual e físico, são a

⁵² *Ibidem*.

⁵³ *Ibidem*.

⁵⁴ Britannica, 2024

⁵⁵ Survival Brasil. **Povos indígenas da África Central**. Disponível em: <https://www.survivalbrasil.org/povos/africacentral>. Acesso em: 23 mar. 2024.

exploração madeireira, o desmatamento em massa e o comércio intensivo de carne. Diante dessa conjuntura, vários povos foram forçados a abandonar a vida auto-sustentável na floresta por sofrerem níveis extremos de pobreza em terras que antes pertenciam a eles.⁵⁶

3.4 ÁFRICA AUSTRAL

A África Austral compreende países localizados na parte sul do continente, nas proximidades da linha do equador, sendo eles Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Suazilândia, Zâmbia e Zimbabué. Em se tratando de questões econômicas, a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC)⁵⁷ é uma organização econômica regional responsável por promover a sustentabilidade econômica e a justiça social, melhorando os sistemas de produção, aumentando a cooperação e a integração e mantendo a paz e a segurança, para que a região possa emergir como um participante poderoso e competitivo nos assuntos internacionais e na economia.

Entre as ações desenvolvidas pela SADC, pode-se destacar os eixos de trabalho relacionados à paz; segurança; boa governança; desenvolvimento de capital humano; igualdade de gênero e capacitação de mulheres; integração comercial e desenvolvimento industrial; entre outros. A comunidade possui ainda um plano estratégico indicativo de desenvolvimento regional, com duração de 2020 a 2023, que apresenta o objetivo de criar “uma região pacífica, inclusiva, competitiva e

⁵⁶ *Ibidem.*

⁵⁷ SADC. **Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional 2020-2030.** Disponível em: <https://www.sadc.int/pt-pt/pilares/plano-estrategico-indicativo-de-desenvolvimento-regional-2020-2030>. Acesso em: 20 mar. 2024.

industrializada, com um rendimento médio a alto, na qual todos os cidadãos gozam de bem-estar econômico e sustentável, de justiça e de liberdade”.⁵⁸

Essa região vivenciou um dos mais conhecidos regimes políticos da história, o *apartheid*. Ocorrida na África do Sul, a política de segregação racial se estendeu pela segunda metade do século XX, na qual em diversas atitudes racistas e discriminatórias, os direitos da maioria negra foram negados pela minoria branca que ocupava a liderança.⁵⁹ Entretanto, mesmo diante de obstáculos significativos durante sua história, atualmente a África do Sul se consagra progressivamente como uma das maiores economias do continente.

A economia da região sul da África é variada e influenciada por diversos fatores, como recursos naturais, infraestrutura, desenvolvimento humano e políticas governamentais. A área é abundante em minerais como ouro, diamantes, platina, carvão, cobre e urânio, impulsionando uma robusta indústria de mineração. Além disso, a agricultura desempenha um papel crucial, com cultivos como milho, trigo, cana-de-açúcar, tabaco, café e algodão sendo produzidos em grande escala.⁶⁰

O turismo também está em ascensão na região devido à sua paisagem exuberante e vida selvagem diversificada. A indústria manufatureira, serviços financeiros e setores de serviços como telecomunicações, tecnologia da informação, saúde e educação contribuem para o crescimento econômico.⁶¹

⁵⁸ *Ibidem*.

⁵⁹ ÁFRICA DO SUL. BBC News. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56261043>. Acesso em 21 mar. 2024.

⁶⁰ Encyclopaedia Britannica. (s.d.). Western Africa. Britannica. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/western-Africa>. Acesso em: 19 abr. 2024.

⁶¹ *Ibidem*.

Contudo, a região enfrenta desafios econômicos relacionados à desigualdade de renda, desemprego, pobreza e corrupção apesar do seu potencial econômico e dos recursos naturais disponíveis. A cooperação regional por meio de organizações como a SADC fomenta o comércio, investimento e desenvolvimento sustentável para lidar com esses desafios e promover um crescimento inclusivo.⁶²

3.5 ÁFRICA OCIDENTAL

A África Ocidental é a região do continente onde os seguintes países estão: Benin, Burkina Faso, Camarões, Cabo Verde, Chade, Costa do Marfim, Guiné Equatorial, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo. Culturalmente, existem três famílias linguísticas principais que predominam na África ocidental, a saber: as afro-asiáticas, as Níger-congo e as Nilo-saarianas. Estas famílias formam a grande miscelânea cultural desta parte do continente.⁶³

Os países da África Ocidental são associados à Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Tal organização tem por objetivo promover a cooperação econômica, social e política entre os países membros, visando a integração regional e o desenvolvimento sustentável da região.⁶⁴

A organização aborda questões como comércio, infraestrutura, agricultura, segurança, direitos humanos e boa governança. A entidade

⁶² *Ibidem*.

⁶³ África Ocidental. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/western-Africa>. Acesso em: 21 mar. 2024.

⁶⁴ Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Economic-Community-of-West-African-States>. Acesso em: 21 mar. 2024.

busca construir um futuro mais próspero e estável para os países da África Ocidental, por meio da colaboração e da busca de soluções conjuntas para os desafios enfrentados pela região.⁶⁵

Outra organização importante que está diretamente associada a esta porção do continente é a União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), uma organização que visa promover a integração econômica e monetária entre os países membros da África Ocidental. A UEMOA é composta por oito países: Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo.⁶⁶

O seu principal objetivo é criar uma área econômica única entre esses países, promovendo a livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais, além de harmonizar políticas econômicas e monetárias. Além disso, a organização trabalha para promover o desenvolvimento econômico sustentável e a estabilidade financeira na região. Isso inclui iniciativas para melhorar a infraestrutura, promover investimentos, fortalecer os sistemas financeiros e combater a pobreza.⁶⁷

⁶⁵ About ECOWAS. Disponível em: <https://www.ecowas.int/about-ecowas/>.

⁶⁶ Présentation de l'UEMOA. Disponível em: <https://www.uemoa.int/index.php/presentation>. Acesso em: 19 abr. 2024.

⁶⁷ *Ibidem*.

4 HISTÓRICO DO CONTINENTE AFRICANO

O passado pré-colonial da África é uma tapeçaria fascinante e heterogênea, que estende-se por milhares de anos, abarcando uma pluralidade abundante de culturas, civilizações e impérios. Não obstante, as raízes da ancestralidade humana podem ser rastreadas até o continente africano, o qual frequentemente é intitulado como o berço da humanidade. A construção de tal denominação é corroborada pela presença de uma riqueza de evidências fósseis que destacam a presença dos primeiros homínídeos na região.⁶⁸ O coração da África, anterior ao período colonial, foi lar de uma efervescência de sociedades emergentes e prósperas, conforme aduz Curtin:

Os primeiros trabalhos sobre a história da África são tão antigos quanto o início da história escrita. Os historiadores do velho mundo mediterrânico e os da civilização islâmica medieval tomaram como quadro de referência o conjunto do mundo conhecido, que compreendia uma considerável porção da África. A África ao norte do Saara era parte integrante dessas duas civilizações e seu passado constituía um dos centros de interesse dos historiadores, do mesmo modo que o passado da Europa meridional ou o do Oriente Próximo. A história do norte da África continuou a ser parte essencial dos estudos históricos até a expansão do Império Otomano, no século XVI.⁶⁹

⁶⁸ Connah, G. **Civilizações Africanas: Uma Perspectiva Arqueológica**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

⁶⁹ Curtin, Philip. **Tendências recentes das pesquisas históricas africanas e contribuição à história em geral**. In: KI-ZERBO, J. (coord.) *História Geral da África*. I. Metodologia e Pré-História da África. São Paulo, UNESCO; Ática; 1980. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190249> (Acesso em 21 de março de 2024)

Nessa toada, a civilização egípcia é uma das mais notáveis, conhecida por suas pirâmides monumentais, que continuam imponentemente de pé até a atualidade. Ademais, seu sistema de escrita complexo, que demonstrou um elevado nível de sofisticação que superava qualquer outro da mesma época. O Egito estabeleceu-se como um poderoso império no norte do continente, cujas vanguardistas conquistas tecnológicas e arquitetônicas ainda ressoam no mundo moderno.⁷⁰

Outrossim, a África Ocidental também desempenhou um papel crucial nos tempos pré-coloniais, abrigando o Império Mali. Em seu ápice, esse Estado poderoso era afamado por sua fortuna e opulência, com Mansa Musa, seu governante mais famoso, frequentemente sendo celebrado por ter sido o homem mais rico da história. A extensão de seu tesouro é muitas vezes considerada como um testemunho da suntuosidade e do poder do Império Mali, que se destacou como uma entidade dominante em um continente repleto de culturas e civilizações ricas.⁷¹

Já no leste da África, é cabível expressar-se a relevância do Reino de Axum, que localizava-se na atual Etiópia. Este reino adotou a crença cristã já no século IV, tornando-se um dos primeiros Estados a fazê-lo. A adesão antecipada do cristianismo por Axum ilustra a contribuição e participação ativa do continente africano nas

⁷⁰ Baines, John; Malik, Jaromir. **Cultural Atlas of Ancient Egypt**. London: Andromeda Oxford Limited, 2008.

⁷¹ Silva, Alberto da Costa e. **Os estudos da História da África e sua importância para a História do Brasil. Abertura da Iª Reunião Internacional de História da África**. In: **A dimensão atlântica da África**. São Paulo, CEA/USP; SDG-Marinha; CAPES, julho de 1999.

transformações globais, tanto no que diz respeito às crenças e práticas religiosas quanto no que se refere aos aspectos socioeconômicos.⁷²

O Reino de Zimbabwe, que floresceu entre os séculos XIII e XV, é célebre por suas magníficas estruturas de pedra, que são uma prova tangível do avanço arquitetônico e artístico da época. As estruturas de pedra, conhecidas como Ruínas do Grande Zimbabwe, são um conjunto de monumentos que incluem as muralhas, a colina e o vale. O Grande Zimbabwe é a maior estrutura pré-colonial da África Subsaariana, o que torna tal monumento arquitetônico um testemunho da habilidade e do engenho dos construtores africanos.⁷³

Além disso, o Reino de Zimbabwe não era apenas conhecido por sua arquitetura. Era um centro de comércio e indústria, conhecido por sua riqueza e pela habilidade de seus artesãos em trabalhar com ouro e outros metais preciosos. O reino era parte integrante de uma rede de comércio que se estendia por toda a África e além, chegando até a Arábia e a Índia, com evidências arqueológicas que revelam a existência de itens de comércio, como porcelana da China e vidro da Pérsia, indicando a extensa rede de relações comerciais do reino.⁷⁴

Além da riqueza cultural e civilizacional, a África pré-colonial também era rica em recursos naturais e inovações tecnológicas. Práticas como a agricultura, a metalurgia e a cerâmica eram comuns, demonstrando um alto nível de conhecimento e habilidade entre os povos da África pré-colonial. O comércio também prosperou, com rotas

⁷² Feierman, Steven. **African Histories and the Dissolution of World History.** In: **BATES, Robert et alii. Africa and the Disciplines. The Contributions of Research in Africa to the Social Sciences and Humanities.** Chicago, The University of Chicago Press, 1993.

⁷³ Innocent, P. **Great Zimbabwe in Historical Archaeology: Reconceptualizing Decline, Abandonment, and Reoccupation of an Ancient Polity, A.D. 1450-1900.** *Historical Archaeology*, Vol. 47, No. 1, GLOBALIZATION, IMMIGRATION, TRANSFORMATION, 2013.

⁷⁴ *Ibidem.*

de comércio que se estendiam da África Ocidental ao Médio Oriente e à Ásia, indicando uma rede comercial complexa e interconectada.⁷⁵

Mesmo no seu mais alto grau de objetividade, “a história colonial” só outorgou aos africanos papéis secundários no palco da história. [...] De acordo com os conhecimentos de que dispomos atualmente, a África foi o cenário principal da emergência do homem como espécie soberana na terra, assim como do aparecimento de uma sociedade política. Mas esse papel iminente na Pré-História será substituído, durante o período histórico dos dois últimos milênios, por uma “lei” de desenvolvimento caracterizada pela exploração e pela sua redução ao papel de utensílio.⁷⁶

A história pré-colonial da África é uma celebração de conquistas humanas em todas as esferas da vida. Nessa ótica, observa-se uma cronografia de resistência, inovação e adaptabilidade, cheia de exemplos de como os povos africanos superaram desafios e se adaptaram a novas circunstâncias. O continente africano foi o berço de muitas primeiras inovações humanas, e o seu passado pré-colonial é um testemunho do espírito indomável do povo africano.⁷⁷

4.1 COLONIALISMO

⁷⁵ Connah, G. **Civilizações Africanas: Uma Perspectiva Arqueológica**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

⁷⁶ Curtin, 1980.

⁷⁷ Barbosa, M. **A África por ela mesma: a perspectiva africana na História Geral da África** (UNESCO). 2012. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.8.2012.tde-09012013-165600>. Acesso em: 21 de março de 2024.

Colonialismo é um termo que se refere à prática de uma nação dominar e controlar áreas geográficas externas, muitas vezes para expandir ou explorar seus recursos. De acordo com o historiador Eduardo Galeano, "o colonialismo é um sistema de dominação política e exploração econômica no qual uma potência impõe suas leis e seus interesses".⁷⁸

Nessa toada, Cabral (2002) aduz que a história da colonização da África, em particular, foi motivada pela exploração de recursos naturais e pela crença na superioridade racial dos europeus sobre os africanos. Isso levou a décadas de exploração, subjugação e escravização desses povos, que tiveram um impacto duradouro na história e cultura do continente.⁷⁹

Embora os processos colonizatórios tenham trazido benefícios econômicos para as potências colonizadoras, estes resultaram em um impacto devastador sobre os povos originários subjogados e suas culturas. Diz-se isso pois, esse processo frequentemente envolvia a apropriação de terras, a exploração de recursos naturais e a imposição de sistemas políticos e econômicos estrangeiros, muitas vezes à custa das populações locais.⁸⁰ Logo, tomando como norte a máxima de Enrique Dussel:

A “conquista” é um processo militar, prático, violento que inclui dialeticamente o Outro como o “si-mesmo”. O Outro, em sua distinção, é negado como Outro e é sujeitado, subsumido, alienado a se incorporar à

⁷⁸ Galeano, E. (1971). **As Veias Abertas da América Latina**. Buenos Aires: Siglo XXI.

⁷⁹ Cabral, João de Pina. **Entre África e América: o Atlântico como espaço de experiência**. Lisboa: Edições 70, 2002.

⁸⁰ Dussel, Enrique. **1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

totalidade dominadora como coisa, como instrumento, como oprimido, como “encomendado”, como assalariado (nas futuras fazendas), ou como africano escravo (nos engenhos de açúcar e outros produtos tropicais).⁸¹

Evidencia-se que os rastros deixados pela colonização foram diversos. Em muitos lugares, a colonização significou a destruição de culturas locais, a submissão de povos nativos ao trabalho escravo e a imposição de novas leis e costumes. Em outros lugares, ela trouxe consigo, violentamente, a expansão do comércio, a difusão de ideias e a criação de novas culturas.⁸²

A colonização da África foi marcada por práticas de exploração e opressão. As potências coloniais estavam em busca de recursos naturais valiosos - ouro, diamantes, borracha e outros materiais preciosos - que eram extraídos geralmente à custa do bem-estar e dos direitos dos habitantes locais. Estes estavam frequentemente sujeitos a condições de trabalho extremas e a políticas de discriminação social e racial.⁸³

O colonialismo trouxe consigo a devastadora instituição da escravidão, que resultou em consequências duradouras e profundas. A escravidão não só desumanizou e explorou milhões de pessoas, mas também estabeleceu uma hierarquia racial que persiste até hoje. As ideologias racistas que justificavam a escravidão foram profundamente enraizadas nas sociedades coloniais e continuam a influenciar as atitudes e as políticas raciais na atualidade. A escravidão e o racismo,

⁸¹ *Ibidem.*

⁸² Boahen, Albert Adu. **A África diante do desafio colonial**. In: BOAHEN, Albert Adu (ed.). História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880- 1935. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010. cap. 1, p. 1-22. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190255_por. Acesso em: 15 dez. 2021.

⁸³ *Ibidem.*

portanto, não são apenas resultados do colonialismo, mas também são características definidoras da era colonial e de seu legado duradouro.⁸⁴

É possível observar que, apesar da diferença no que tange ao momento histórico, os princípios e ideologias do colonialismo se perpetuaram ao longo dos séculos e continuam a ser difundidos. Mesmo que haja uma adaptação para as diferentes épocas no qual os ideais coloniais ainda persistem, o conceito de soberania sobre os povos originários e as minerais nacionais ao redor do mundo permanecem sob a nova roupagem do neocolonialismo.⁸⁵

Não obstante, o colonialismo também influenciou as estruturas sociais, culturais e políticas das sociedades africanas. As potências coloniais impuseram novas formas de governança e administração, novas práticas e instituições econômicas, e novos sistemas de educação e religião. O legado do colonialismo perdura mesmo após o seu fim formal no século XX, visto que muitos dos impactos continuam a ser sentidos até a atualidade. Por conseguinte, de acordo com Godoy, a análise crítica e acadêmica dos processos colonizatórios é fundamental para entendermos os impactos desse processo na história e na cultura de muitos povos em todo o mundo.⁸⁶

4.2 NEOCOLONIALISMO

O neocolonialismo caracteriza-se por um complexo de práticas indiretas de dominação e influência exercidas por estados avançados sobre territórios outrora colonizados, agora formalmente independentes.

⁸⁴ Mbembe, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

⁸⁵ Neocosmos, Michael. **Do 'estrangeiro nativo' ao 'nativo estrangeiro'. Para uma ontologia política pós-colonial**. África do Sul: Wits University Press, 2010.

⁸⁶ *Ibidem*.

Essas práticas distanciam-se do colonialismo clássico, marcado pela ocupação territorial e exploração direta, ao se manifestarem por meio de mecanismos sutis que incluem pressões econômicas, políticas, culturais e tecnológicas.⁸⁷ A essência do neocolonialismo reside na sua capacidade de perpetuar relações de dependência e influenciar as esferas políticas e sociais das nações afetadas, mantendo-as em um estado de subordinação contínua.

Durante o período neocolonial na África, diversas potências europeias, como a França e o Reino Unido, exerceram influência indireta sobre suas ex-colônias no continente, por meio de acordos econômicos desiguais e interferência política. A França, por exemplo, manteve laços estreitos com suas antigas colônias africanas, favorecendo seus interesses econômicos em detrimento do desenvolvimento local, enquanto a presença cultural francesa continuou a ser significativa nessas nações. Da mesma forma, o Reino Unido também perpetuou relações neocoloniais em algumas regiões da África, por meio de investimentos e acordos comerciais que nem sempre beneficiavam equitativamente as populações locais.⁸⁸

Além das potências europeias, os Estados Unidos também exerceram influência neocolonial na África, embora não tenham sido uma potência colonial tradicional na região. Através de interesses econômicos, apoio a regimes políticos favoráveis e intervenções militares pontuais, os Estados Unidos contribuíram para a manutenção de dinâmicas de exploração e desigualdade em alguns países africanos. Essas relações neocoloniais resultaram em um legado de dependência

⁸⁷ *Ibidem*.

⁸⁸ de Novais Reis, Maurício; de Andrade, Marcileia Freitas Ferraz. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. **Revista espaço acadêmico**, v. 17, n. 202, p. 01-11, 2018

econômica, instabilidade política e desafios sociais persistentes que continuam impactando a região até os dias atuais.⁸⁹

No âmbito econômico, o neocolonialismo contribui para a manutenção de disparidades entre nações, privilegiando as ex-potências coloniais mediante a exploração de recursos e a imposição de acordos comerciais predatórios.⁹⁰ Tal dinâmica restringe o desenvolvimento autônomo dos países em desenvolvimento, enredando-os em uma teia de dependência financeira, dívidas externas e interferências políticas que comprometem seu crescimento.

Politicamente, o neocolonialismo manifesta-se por intermédio da intervenção nas decisões internas dos Estados afetados, visando assegurar interesses alheios. Culturalmente, promove a difusão de valores e normas das nações desenvolvidas, em detrimento das identidades locais, exacerbando a homogeneização cultural.⁹¹ A relação conflituosa entre o neocolonialismo e os princípios democráticos é evidente, pois ao subverter a autonomia e a autodeterminação, contradiz os fundamentos de igualdade, liberdade e respeito mútuo que a democracia preconiza.

Além disso, este sistema se faz presente também através da influência política exercida pelas potências coloniais sobre os países em desenvolvimento, muitas vezes intervindo em seus assuntos internos e externos para promover interesses alinhados aos dos colonizadores.⁹² Por fim, ele afeta as relações culturais ao permitir a propagação de

⁸⁹ do Nascimento Barbosa, W. Neocolonialismo: Um Conceito Atual? Sankofa. **Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**, p. 8, 8 dez. 2011.

⁹⁰ *Ibidem*.

⁹¹ *Ibidem*.

⁹² *Ibidem*.

valores, costumes e padrões culturais dos países desenvolvidos nos países em desenvolvimento, em detrimento das culturas locais.

A imposição de estruturas econômicas neoliberais, aliada à colaboração de elites locais com o capital internacional, revela uma complexidade nas relações de poder que afeta diretamente a soberania, os modos de vida e o bem-estar das populações tradicionais.⁹³ Nesse contexto, o debate sobre o neocolonialismo e suas manifestações na era contemporânea ressalta a urgência de reavaliar as relações internacionais e as práticas de desenvolvimento, visando a equidade e o respeito pelas diversidades culturais e ambientais.

Em vista das análises apresentadas, compreende-se que a prática neocolonial representa um desafio significativo à equidade global e ao progresso socioeconômico dos países outrora subjugados. Através de mecanismos menos visíveis que os empregados no colonialismo clássico, perpetua-se uma ordem mundial desequilibrada, na qual as nações desenvolvidas continuam a se beneficiar às custas da autonomia e do desenvolvimento sustentável dos países em desenvolvimento⁹⁴. Este contexto exige uma reflexão crítica sobre as estruturas de poder vigentes e a necessidade de reformas que priorizem a justiça social, a autonomia nacional e o desenvolvimento inclusivo.

Por conseguinte, a urgência em revisitar e reformular as práticas internacionais torna-se evidente, destacando a importância de abordagens que valorizem a diversidade cultural, a autodeterminação dos povos e a sustentabilidade ambiental. A construção de um futuro

⁹³ Catsossa, L. A. GLOBALIZAÇÃO DO CAPITALISMO EXTRATIVISTA, RECURSOS NATURAIS E O NEOCOLONIALISMO NA ÁFRICA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA MOÇAMBIQUE. **Revista Semestral do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados**. UFGD, v. 12, p. 334, 2021.

⁹⁴ *Ibidem*

mais justo pressupõe a desconstrução das relações neocoloniais e a promoção de um diálogo global verdadeiramente inclusivo e equitativo. Neste sentido, o enfrentamento ao neocolonialismo não apenas favorece os países em desenvolvimento, mas contribui para a estabilidade e a prosperidade de uma comunidade internacional interdependente, reafirmando o compromisso com valores universais de respeito, liberdade e igualdade.

4.3 CONSEQUÊNCIAS GERAIS

A influência do neocolonialismo econômico nas nações em desenvolvimento se estende profundamente aos aspectos genéticos de sua fauna e flora, representando um desafio significativo para a conservação de sua biodiversidade. Esse fenômeno promove a redução da heterogeneidade biológica, um elemento vital para a resiliência ecológica e a segurança alimentar, mediante a pressão para se conformar a padrões e demandas externas. Tal processo acarreta uma diminuição alarmante das espécies nativas, fundamentais para o equilíbrio dos ecossistemas locais.⁹⁵

Adicionalmente, a expansão do modelo agrícola baseado em grandes corporações agrícolas impulsionada pelo neocolonialismo exerce pressão sobre as práticas agrárias tradicionais. Isso não apenas afeta a diversidade genética e cultural mas também ameaça a soberania alimentar dessas nações, colocando em risco o modo de vida de comunidades rurais e pequenos agricultores. A transição forçada para o

⁹⁵ Delgado, J. V. RECURSOS ZOOGENÉTICOS, **NEOCOLONIALISMO E FOME: SEM SOBERANIA POLÍTICO-ECONÔMICA NÃO PODE HAVER SOBERANIA ALIMENTAR.** Revista UFG, p. 128, 2017.

agronegócio em larga escala favorece estruturas de produção que não respeitam as peculiaridades locais nem promovem a sustentabilidade.⁹⁶

Por fim, o impacto do neocolonialismo na agricultura local, nas variedades de cultivos e criações adaptadas aos ambientes específicos dessas regiões, representa uma ameaça direta à produção sustentável e ao consumo interno. Esse modelo econômico imposto contribui para a desvalorização do patrimônio genético local, prejudicando a eficiência da produção em pequena escala e exacerbando problemas socioeconômicos como fome e pobreza. Assim, o desafio imposto pela prática econômica neocolonial às nações em desenvolvimento é multifacetado, afetando não apenas sua biodiversidade, mas também sua estrutura socioeconômica e autonomia.⁹⁷

Seccionar o continente africano, permite a análise mais efetiva das diversas regiões presentes, apresentando um panorama constituído a partir da soma destas revisões. Portanto, a partir do exemplo da seção nomeada de África Subsaariana, torna-se possível visualizar os efeitos práticos da realidade após a ação e manutenção dos processos coloniais e o neocolonialismo.

A pobreza na África Subsaariana é um fenômeno complexo, cuja compreensão demanda a análise de múltiplas variáveis históricas, políticas e econômicas. Entre os principais fatores responsáveis por essa situação, destaca-se o legado da colonização e a arbitrária divisão territorial perpetrada por potências ocidentais.⁹⁸ Este processo histórico não apenas desconsidera as dinâmicas sociais, culturais e étnicas

⁹⁶ *Ibidem.*

⁹⁷ *Ibidem.*

⁹⁸ Fernandes, L. N. **Las Raíces Históricas del atraso económico en África Subsahariana.** Textos de Economía, p. 88. 2008.

preexistentes, como também estabelece as bases para conflitos internos e desafios de governança que persistem até os dias atuais.

No contexto econômico, a inserção desvantajosa da África Subsaariana no comércio internacional é um aspecto crítico. A região frequentemente se encontra em uma posição desfavorável nas trocas econômicas globais, caracterizada por uma exportação concentrada em matérias-primas de baixo valor agregado e importação de produtos manufaturados de alto custo.⁹⁹ Tal dinâmica agrava a dependência externa e limita o desenvolvimento econômico local, contribuindo significativamente para a perpetuação da pobreza.

Outrossim, a governança problemática, manifesta por meio da corrupção e da ineficiência administrativa, exacerbada por conflitos armados e instabilidade política, mina o desenvolvimento socioeconômico da região.¹⁰⁰ A conjunção desses fatores resulta em infraestruturas precárias e inibe investimentos cruciais para o progresso econômico.

Somado a isso, a fragilidade das economias locais, marcadas pela insuficiente diversificação e competitividade, reforça o ciclo de pobreza.¹⁰¹ Reconhecer e entender essas variáveis é fundamental não apenas para a análise da pobreza na África Subsaariana, mas também para a formulação de estratégias efetivas que visem o combate desse desafio persistente.

O impacto do processo de colonização sobre as identidades das populações colonizadas é um tema de profundo significado e complexidade. Essa dinâmica evidencia o modo pelo qual a retórica

⁹⁹ *Ibidem.*

¹⁰⁰ *Ibidem.*

¹⁰¹ *Ibidem.*

ocidental foi empregada não apenas para justificar tal exploração, bem como para categorizar essas regiões sob uma ótica depreciativa.¹⁰²

O neocolonialismo, marcado pela apropriação de recursos e conhecimentos locais em benefício das metrópoles coloniais, acarretou uma distribuição desigual de riqueza e poder, privilegiando os centros coloniais em detrimento das populações originárias. Essa realidade fomentou um cenário de marginalização e empobrecimento, perpetuando estruturas de desigualdade e injustiça.

Adicionalmente, a substituição de estruturas econômicas e padrões culturais autóctones por modelos estrangeiros durante o neocolonialismo impactou diretamente as identidades locais, frequentemente levando à erosão de tradições, línguas e práticas culturais.¹⁰³

Diante desses desafios, a necessidade de buscar a autonomia e a soberania intelectual, conforme discutido no referido documento supramencionado, emerge como um reflexo da aspiração das comunidades afetadas para preservar suas identidades culturais e resistir às imposições externas. Essa busca é um elemento central na luta antirracista e na contracolonização, ressaltando a importância da valorização da soberania intelectual como estratégia de resistência e empoderamento diante das históricas dinâmicas de opressão e dominação.¹⁰⁴

A análise dos efeitos do neocolonialismo econômico nas nações em desenvolvimento, especialmente no que tange à biodiversidade e à soberania alimentar, revela uma problemática profunda que transcende

¹⁰² de Jesus, L. S. B.; de Barros, M.; Filice, R. C. G. (EDS.). **Tecendo redes antirracistas II: contracolonização e soberania intelectual**. 2020.

¹⁰³ *Ibidem*.

¹⁰⁴ de Jesus, 2020.

a mera exploração de recursos naturais. A imposição de modelos agrícolas e econômicos externos compromete não apenas a diversidade genética de fauna e flora, mas também a capacidade das comunidades locais de manter práticas sustentáveis e autônomas.

Esta dinâmica reforça a marginalização e a vulnerabilidade econômica dessas nações, criando um ciclo vicioso de dependência e degradação ambiental. É imperativo reconhecer a importância de estratégias que valorizem a preservação da biodiversidade e a promoção de práticas agrícolas que respeitem as particularidades locais, como fundamentais para o desenvolvimento sustentável e a soberania das nações em desenvolvimento¹⁰⁵.

Diante disso, a contraposição ao modelo neocolonial implica na revalorização do patrimônio genético e cultural dessas nações, incentivando práticas que fomentem a segurança alimentar e a resiliência ecológica. A busca por autonomia e soberania, seja por via da contracolonização ou da soberania intelectual, manifesta a necessidade urgente de estratégias que promovam a justiça socioeconômica e ambiental.

Tais estratégias devem ser embasadas em um reconhecimento das injustiças históricas e na implementação de políticas que priorizem a sustentabilidade, a diversidade cultural e genética, e a equidade econômica.¹⁰⁶ Somente através de um compromisso global com estes valores será possível superar os desafios impostos pelo neocolonialismo econômico e construir um futuro mais justo e sustentável para todas as nações.

¹⁰⁵ Delgado, 2017.

¹⁰⁶ *Ibidem*

5 REVOLUÇÕES AFRICANAS

A "Revolução" é um termo que se refere a transformações radicais em qualquer aspecto da sociedade. Para Hannah Arendt, em sua obra "Sobre a Revolução", ela a define como "quando um povo escolhe para si uma nova forma de governo e institui uma nova forma de poder político".¹⁰⁷ Na conjuntura da cronografia das sociedades africanas modernas, as marchas revolucionárias referem-se aos movimentos que ocorreram em diferentes partes do continente em resposta à opressão colonial e neocolonial.

As reformas radicais na África abrangem uma multiplicidade de contextos. Em alguns casos, foram impulsionadas por movimentos de libertação nacional, que lutavam contra o domínio colonial e objetivavam estabelecer a soberania das nações africanas. Em outros, foram mobilizações que emergiram em resposta a regimes autoritários, com o fito de estabelecer governos mais democráticos e justos. Todavia, todos têm em comum o propósito de modificação radical das estruturas de poder existentes. Ao longo da história africana, tais rebeliões têm desempenhado um papel crucial na formação de identidade e na determinação do curso dos países africanos.¹⁰⁸

É nítido que a luta pela própria soberania e autonomia foi uma característica comum a muitas destas revoluções. Correntes de libertação nacional, como o Congresso Nacional Africano na África do

¹⁰⁷ Arendt, Hannah. **Sobre a Revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

¹⁰⁸ Falola, Toyin. **Colonialism and Violence in Africa**. Bloomington: Indiana University Press, 2009.

Sul,¹⁰⁹ o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)¹¹⁰ em Angola, e a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)¹¹¹ encabeçaram o combate ao controle colonial. Por meio de ações militares e políticas, tais movimentos buscavam a autodeterminação e a construção de nações insubmissas.¹¹²

Conquanto, as referidas rebeliões também foram marcadas por subsequentes períodos de instabilidade e conflito. A transição para a independência e a democracia muitas vezes não foi fácil. Em muitos casos, as lutas pela emancipação foram seguidas por guerras civis, golpes militares e regimes autoritários. Outrossim, questões como a desigualdade social, a pobreza e a corrupção continuam a pelear muitas nações africanas, acentuadas pela constante influência do imperialismo.¹¹³

Apesar desses reveses, é incontestável que as revoluções africanas suscitaram impactos, profundos e duradouros. Elas reconstruíram a conjunção política da África, originaram novas formas de governança e ativismo, e têm sido uma fonte de inspiração para movimentos consuetudinários de emancipação e justiça social em esfera global.

¹⁰⁹ Enciclopédia Britannica. **African National Congress**, 6 Mar. 2023. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/African-National-Congress>. (Acesso em 9 de março 2024)

¹¹⁰ Enciclopédia Britannica. **Popular Movement for the Liberation of Angola**, 17 Dez. 2023. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Popular-Movement-for-the-Liberation-of-Angola>. (Acesso em 9 de março 2024)

¹¹¹ Enciclopédia Britannica. **Freelimo**, 27 Out. 2023. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Freelimo>. (Acesso em 9 de março 2024)

¹¹² *Ibidem*.

¹¹³ Mazrui, Ali; Wondji, Christophe (Eds). **História Geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000325.pdf> (Acesso em 9 de março de 2024)

5.1 DESCOLONIZAÇÃO

Segundo Frantz Fanon, célebre pensador e ativista anticolonial, "cada geração deve, dentro de uma relativa opacidade, descobrir a sua missão, cumpri-la ou traí-la".¹¹⁴ Esta reflexão sugere que cada geração herda uma circunstância histórica, marcada por desafios ímpares, com a missão de enfrentá-los. Dito isso, no contexto dos processos de independência africanos, a missão era nada menos que libertar-se do jugo colonial para constituir nações soberanas.¹¹⁵

A busca pela independência foi impulsionada pelo desejo desmedido dos povos africanos de reivindicar seus direitos e liberdades, para governar suas próprias terras e determinar sua própria identidade. A libertação não só significou o fim do domínio europeu, mas também marcou o início de uma nova era de autodeterminação e reconstrução nacional em todo o continente.¹¹⁶

A descolonização da África foi um processo histórico que ocorreu principalmente no século XX, quando as nações africanas conquistaram liberdade política dos poderes coloniais. Este foi um processo complexo, marcado por lutas de independência, conflitos políticos internos e o estabelecimento de novos governos. Os movimentos de descolonização começaram a ganhar ímpeto após a Segunda Guerra Mundial, que tinha enfraquecido muitas das potências europeias, em contraposição à crescente pressão internacional por autodeterminação e direitos humanos. Além disso, o surgimento das Nações Unidas, em 1945,

¹¹⁴ Fanon, F. **Os condenados da terra**. Paris: François Maspero, 1961.

¹¹⁵ *Ibidem*.

¹¹⁶ Barbosa, Muryatan Santana. Pan-africanismo e relações internacionais: uma herança (quase) esquecida. **Carta Internacional**, v. 11, n. 1, 2016, pp. 144-162. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/347> (Acesso em 9 de março de 2024)

forneceu uma plataforma para os líderes africanos pressionarem pela independência.¹¹⁷

Apesar do exposto, a transição para a independência foi por vezes conturbada. Em muitos casos, os poderes coloniais não tinham preparado adequadamente os países colonizados para a autogestão, o que resultou em uma gravosa instabilidade política e econômica. Ademais, as fronteiras nacionais, que foram arbitrariamente desenhadas pelos colonizadores, contribuíram para ascender conflitos étnicos.¹¹⁸

Nessa toada, um memorável exemplo de um processo de independência africana é a Guerra da Independência da Argélia (1954-1962). Foi uma luta prolongada e brutal contra a França, marcada por uma intensa violência. A nação tornou-se independente em 1962, porém afligiu-se com a instabilidade política e o conflito civil nas décadas seguintes.¹¹⁹ Por outro lado, a emancipação de Gana, em 1957, ocorreu de modo relativamente pacífico. Liderada por Kwame Nkrumah, a independência de Gana tornou-se um modelo para outras iniciativas de descolonização. O Gana tornou-se o primeiro país africano ao sul do Saara a obter liberdade do domínio político colonial.¹²⁰

Em sequência, na Guiné-Bissau, então colônia portuguesa, Amílcar Cabral, estrategista de orientação marxista, comandou uma insurreição armada de grande notoriedade. Já em Angola, a resistência contra o domínio português levou ao surgimento de várias organizações que, com o passar do tempo, convergiram em três principais partidos: a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), a União Nacional para

¹¹⁷ Visentini, P. F. Revoluções e Relações Internacionais: o caso africano. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, v. 1, n.1, 2016.

¹¹⁸ Visentini, 2016.

¹¹⁹ Yazbek, Mustafa. **A Revolução Argelina**. São Paulo: Unesp, 2010.

¹²⁰ Enciclopédia Britannica. **Gana - Independence, Gold Coast, Kwame Nkrumah**, 5 Mar. 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Gana/History> (Acesso em 9 de março 2024)

a Independência Total de Angola (UNITA) – grupos moderados, pró-ocidentais e enraizados etnicamente no norte e sul do país, respectivamente, e o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), um movimento urbano, interétnico e de orientação socialista revolucionária.¹²¹

Simultaneamente, a formação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) marcou o início de outra resistência armada, resultante da união de diversos movimentos. O combate culminou em vitória para os movimentos de libertação após quinze anos. Liderada por Samora Machel, essa conjuntura uniu diferentes movimentos em uma única organização com influência chinesa, embora ideologicamente menos coesa. Quando a Revolução dos Cravos aconteceu em Portugal, parte do país já estava sob o seu controle, acelerando os eventos.¹²²

Com a fuga da maioria da elite branca, Moçambique passou a ser governado por um movimento majoritariamente negro. O apoio aos guerrilheiros dos países ainda controlados por minorias coloniais, como a Rodésia e a África do Sul, aumentou junto às fronteiras. Em 1976, o levante de Soweto na África do Sul foi duramente reprimido pelo governo da minoria branca com apoio da coroa britânica.¹²³

A participação política feminina desempenhou um papel crucial na emancipação de Moçambique e no movimento da FRELIMO. Mulheres notáveis como Josina Machel e Deolinda Rodrigues, não apenas serviram nas linhas de frente, mas também contribuíram significativamente para a infraestrutura social e política do movimento.

¹²¹ Chabal, Patrick. **Amílcar Cabral: liderança revolucionária e guerra do povo**. Cambridge University Press, 1983.

¹²² Cuco, Arcénio. (2016). **FRELIMO: de um movimento revolucionário a partido político**. Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR. 2. 137. 10.5380/nep.v2i2.46989.

¹²³ *Ibidem*.

Durante o período de luta pela independência, muitas participaram ativamente da luta armada contra o domínio colonial português, treinadas como soldados e servindo em diversas capacidades, desde enfermeiras até combatentes.¹²⁴

Ademais, as mulheres na FRELIMO também se envolveram na mobilização política. Elas foram fundamentais na disseminação das ideias e valores do movimento, atuando como educadoras e líderes comunitárias. Elas transmitiram a visão da FRELIMO para uma Moçambique livre do domínio colonial e foram cruciais para ganhar o apoio das comunidades locais para a causa da emancipação. Mesmo após a descolonização, muitas dessas mulheres, como Graça Machel, continuaram a desempenhar um papel ativo na política moçambicana, ajudando a moldar o país recém-independente.¹²⁵

No entanto, apesar dos sucessos alcançados nesses movimentos de independência, os legados do colonialismo continuaram a afetar muitas nações africanas. Muitos países enfrentam desafios significativos em termos de desenvolvimento econômico, estabilidade política e reconciliação pós-colonial. Embora a independência tenha trazido liberdade para muitos países, os efeitos do colonialismo ainda são sentidos em muitas partes da África hoje.¹²⁶

Frantz Fanon, em sua obra "Em Defesa da Revolução Africana", discute intensamente a luta revolucionária pela libertação da África. Segundo ele, "o colonialismo não é uma máquina de pensar, não é um corpo dotado de razão. É violência em estado de natureza e só pode ser

¹²⁴ Rocha, J. T. M. **Guerra, substantivo feminino: o movimento internacional das mulheres da frente de libertação de moçambique (FRELIMO) (1962-1973)**. tede2.pucrs.br, 23 mar. 2023.

¹²⁵ *Ibidem*.

¹²⁶ Rodney, Walter. **Como a Europa subdesenvolveu a África**. Lisboa: Editora Seara Nova, 1975.

derrotado pela violência".¹²⁷ Fanon adverte que a luta revolucionária não deve se tornar uma luta individualista pelo poder ou status. Em vez disso, deve ser uma luta coletiva pela liberdade e igualdade: “se queremos uma África moderna, temos de abandonar o desejo de repetir a Europa”.¹²⁸

5.2 LÍDERES REVOLUCIONÁRIOS

A África é um continente que tem uma rica história de luta pela liberdade e autodeterminação, conforme já aduzido. Ao longo do século XX, vários líderes revolucionários surgiram para desafiar o imperialismo e o colonialismo, lutando pela independência e soberania de suas nações. Cada um desses líderes surgiu de diferentes contextos sociais, políticos e econômicos, mas todos compartilham um compromisso comum com a liberdade, a justiça e a igualdade.¹²⁹ O legado permanece até hoje, inspirando gerações a buscar a mesma liberdade e justiça que eles lutaram para alcançar. A luta desses líderes revolucionários é um testemunho do espírito de resistência e devoção ao progresso que define a história da África.

Temos despertado. Não vamos mais dormir. Hoje, a partir de agora, há um novo africano no mundo! A nossa independência é sem sentido a menos que seja ligada com a libertação total de África.¹³⁰

¹²⁷ Fanon, Frantz. **Em defesa da Revolução Africana**. Livraria Sá da Costa Editora. Lisboa, 1980.

¹²⁸ Fanon, 1980..

¹²⁹ Barbosa, 2016.

¹³⁰ Nkrumah, K. **Gana: The Autobiography of Kwame Nkrumah**. London: PAsNAF, 1971.

Tal discurso foi proferido por Kwame Nkrumah, em 6 de março de 1957, na independência de Gana, a primeira nação africana a conquistar sua liberdade do domínio britânico. Em seguida, foi declarado *Osagyefo* (líder vitorioso) e se tornou presidente do país em 1960. Na arena internacional, Nkrumah apoiou ativamente os movimentos de independência subsequentes em toda a África e manteve relações estreitas com outros líderes revolucionários como Patrice Lumumba, do Congo, e Fidel Castro, da América Latina.¹³¹

Como o Primeiro-Ministro democraticamente eleito do Congo, após a independência da Bélgica em 1960, Patrice Lumumba defendeu a soberania completa sobre os recursos naturais do país e a unidade nacional. No entanto, seu governo enfrentou oposição interna e externa implacável, resultando em um golpe apoiado pela CIA e sua subsequente morte. Apesar de sua curta carreira política, Lumumba tornou-se um símbolo de resistência ao neocolonialismo.¹³²

Na Tanzânia, Julius Nyerere liderou o país à independência e implementou políticas de socialismo africano mediante o que ele chamou de *Ujamaa*, ou “família-estendida”. A ideologia de Nyerere enfatizava a igualdade social, a cooperação e a autossuficiência, buscando uma alternativa ao capitalismo e ao comunismo.¹³³ Embora as políticas de Nyerere tenham tido um impacto misto na economia da Tanzânia, a sua dedicação à autodeterminação africana foi inquestionável, conforme suas próprias colocações: "A união não nos

¹³¹ *Ibidem*.

¹³² Enciclopédia Britannica. **Patrice Lumumba**, 20 Fev. 2023. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Patrice-Lumumba> (Acesso em: 9 de março 2024)

¹³³ Enciclopédia Britannica. **Julius Nyerere**, 26 Fev. 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Julius-Nyerere>. (Acesso em: 23 de Março 2024)

tornará ricos, mas pode fazer com que seja difícil para África e os seus povos serem desconsiderados e humilhados".¹³⁴

Outro líder revolucionário é Nelson Mandela, da África do Sul, que se tornou uma figura global. Ele dedicou sua vida à luta contra o *apartheid*, o sistema de segregação racial institucionalizada estabelecido pelo governo sul-africano. Mandela passou 27 anos na prisão por suas atividades políticas antes de emergir como uma figura unificadora e pacificadora. Em 1994, ele fez história ao se tornar o primeiro presidente negro da África do Sul. Seu legado de reconciliação e justiça social continua a inspirar o mundo.¹³⁵

Já em Burkina Faso, faz-se pertinente mencionar o icástico revolucionário burkinabe, Thomas Sankara, cujo período na presidência foi marcado por uma abordagem inovadora. Ele se dedicou a implementar um conjunto de reformas revolucionárias, com um enfoque especial na agricultura. O nome do país é uma expressão que significa “país de homens íntegros” e foi escolhido por Sankara em 1984 para substituir a antiga designação colonial, *Alta Volta*.¹³⁶

Sankara iniciou programas ambiciosos, visando tornar o país auto-suficiente e reduzir a dependência de importações estrangeiras. Simultaneamente, adotou medidas severas para combater a corrupção, promovendo a transparência e a responsabilidade no governo. Ademais, o revolucionário promoveu reformas significativas nos sistemas de saúde e educação de Burkina Faso. Seu governo estabeleceu políticas

¹³⁴ DW. **Julius Nyerere: o líder africano incansável**, 13 Jan. 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/julius-nyerere-o-l%C3%ADder-africano-incans%C3%A1vel/a-40623711>. (Acesso em: 23 de março de 2024)

¹³⁵ Enciclopédia Britannica. **Nelson Mandela**, 19 Mar. 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Nelson-Mandela>. (Acesso em: 23 de março de 2024)

¹³⁶ Ray, Carina. Enciclopédia Britannica. **Thomas Sankara**, 11 Mar. 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Thomas-Sankara>. (Acesso em: 23 de março de 2024)

que pretendiam aprimorar o acesso à saúde e à educação para todos, independentemente de sua condição social ou econômica.¹³⁷

Não obstante, também se destacou por seu foco na questão das mulheres na África. Num período em que a igualdade de gênero era pouco discutida no continente, o revolucionário burkinabe sobressaiu-se ao fomentar a participação ativa das mulheres na força de trabalho e no governo. Além disso, liderou campanhas para erradicar práticas culturais como a mutilação genital feminina e o casamento forçado.¹³⁸

No entanto, o seu governo foi abruptamente interrompido em 1987, quando ele foi assassinado em um golpe de Estado orquestrado por seu antigo aliado e amigo, Blaise Compaoré, que assumiu o poder após a morte de Sankara.¹³⁹ 13 dias antes de seu assassinato, ele definiu sua missão da seguinte forma:

Nossa revolução só terá valor se, olhando para trás, para os lados e diante de nós, pudermos dizer que os burquinenses são, graças a ela, um pouco mais felizes. Porque eles têm água boa para beber, alimentação suficiente, uma saúde excelente, educação, casas decentes, estão mais bem-vestidos, têm direito ao lazer, oportunidade de gozar de mais liberdade, mais democracia, mais dignidade. [...] A revolução é a felicidade. Sem a felicidade não podemos falar de sucesso.¹⁴⁰

O revolucionário vislumbrava a revolução como um meio de melhorar significativamente as condições de vida das pessoas. Isso inclui uma série de transformações: uma mudança na forma como a

¹³⁷ *Ibidem*.

¹³⁸ Sankara, T. (1987). **Women's Liberation and the African Freedom Struggle**. Pathfinder.

¹³⁹ Jaffré, B. **O sonho assassinado de Thomas Sankara**. Le Monde Diplomatique, setembro de 2011. (Acesso em: março de 2024)

¹⁴⁰ *Ibidem*.

gestão é realizada, um remanejamento da riqueza existente, a emancipação das mulheres, o engajamento e a responsabilização da juventude.

Nessa toada, evidencia-se o seu empenho em transformar os agricultores em uma classe social revolucionária, e em reformar o exército para que suas tarefas produtivas beneficiassem o povo. Ele também defendia a descentralização e a busca por uma democracia direta, implementada localmente por meio de comitês de defesa da revolução. Além disso, estava comprometido com uma luta incessante contra a corrupção.¹⁴¹

Apesar de sua vida ter sido tragicamente interrompida, o legado de Sankara persiste. Suas políticas anti-sistema e seu compromisso inabalável com a justiça social têm inspirado uma nova geração de ativistas e líderes em toda a África. Ele é frequentemente lembrado como um líder que ousou desafiar o *status quo* e que, mesmo diante de adversidades, se empenhou em moldar um futuro melhor para seu povo. A sua trajetória e realizações simbolizam a luta incessante pelo progresso e pela justiça social no continente.¹⁴²

Cada um desses líderes deixou um legado duradouro e influenciou profundamente os movimentos de independência e as políticas em seus respectivos países e além. Eles representam a paixão, a luta e a resiliência dos povos africanos na busca pela autodeterminação e justiça social.

¹⁴¹ *Ibidem.*

¹⁴² Jaffré, 2011.

6 CONFLITOS REGIONAIS

A construção ocidental do saber e do pensar, inclusive no âmbito acadêmico, reproduz uma visão limitada de conhecimento teórico e empírico daquilo que se distancia das interpretações coloniais adotadas. Quando falamos na África, as narrativas utilizadas são comumente disseminadas pela lente ocidental, que possui uma grande influência colonial, as quais atribuem ao continente uma exotização exacerbada.¹⁴³

Durante uma entrevista para o Jornal Sul21, o professor da Universidade Federal da Integração Latino-americana, localizada em Foz de Iguaçu, Jean Bosco Kakozi, dissertou quanto à visão filosófica africana, na qual ele aduz:

Em suas Lições sobre a Filosofia da História, Hegel diz que a África não tem interesse histórico próprio e é um local em que os homens “vivem na barbárie e na selvageria, sem se ministrar nenhum ingrediente da civilização”. A África, para Hegel, não é um lugar habitado pela História nem pela Razão (...) O filósofo sul-africano Mogobe Ramose (...) diz que o problema da Filosofia na África é o problema da luta pela razão. Por que ele fala de luta pela razão? A filosofia ocidental excluiu muitatos povos do mundo do uso desse atributo eminentemente humano que é a razão.

144

¹⁴³ Wiredu, Kwasi. **Como não se deve comparar o pensamento africano com o ocidental**, UNILAB. Disponível em: https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/como-n%C3%A3o-comparar-o-pensamento-tradicional-africano_-wiredu.pdf. Acesso em: 18 mar. 2024.

¹⁴⁴ **Filosofia africana: a luta pela razão e uma cosmovisão para proteger todas as formas de vida**. SUL21, [S. l.], 27 de maio de 2018. Disponível em: <https://sul21.com.br/ultimas-noticias-geral-areazero-2/2018/05/filosofia-africana-a-luta-pela-razao-e-uma-cosmovisao-para-proteger-todas-as-formas-de-vida/>. Acesso em: 2 mar. 2024.

Em conjuntura com os tópicos abordados neste documento, a fala de Kokosi deixa evidente como a visão ocidental é contestável no que se refere às conjunturas sociais, econômicas e políticas africanas, sobretudo, pela grande diversidade de culturas, tradições e sistemas políticos, que culminam em relações sociopolíticas únicas, entretanto, ontologicamente comuns aos demais continentes.¹⁴⁵

A singularidade sociopolítica também se manifesta nos conflitos internos que ocorrem na região, os quais são moldados por uma série de fatores intrínsecos à história e à dinâmica social do continente. Portanto, fica evidente que para compreender essas questões, é essencial considerar as perspectivas e contextos locais, bem como, reconhecer a complexidade refletida na divergência das sociedades africanas. Logo, isso requer uma abordagem sensível e inclusiva que leve em conta não somente externalidades ocasionadas por períodos históricos e Estados europeus, como também as experiências das comunidades locais, além de buscar soluções que sejam culturalmente relevantes e socialmente justas.¹⁴⁶

De antemão, podemos compreender que as causas das guerras no continente africano derivam de uma complexa interação de fatores internos e externos. Internamente, os conflitos são frequentemente impulsionados por disputas étnicas, políticas e territoriais, muitas das quais têm suas origens no legado da colonização europeia como a Conferência de Berlim (1885),¹⁴⁷ que dividiu arbitrariamente as terras

¹⁴⁵ *Ibidem.*

¹⁴⁶ Silva, Igor Castellano da. **O Modo Africano de Fazer a Guerra: A Guerra Proxy Irregular Regionalizada.** Dados, Rio de Janeiro, v. 65, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/DKntGtcsP7YtNzFhr5vPp7M/?format=pdf#:~:text=A%20guerra%20proxy%20na%20%C3%81frica,um%20mundo%20de%20sujeitos%20extrarregionais>. Acesso em: 18 mar. 2024

¹⁴⁷ Pessanha, Clarice C. Franco; Filho, José Carlos de Azevedo; Lobo, Anastácia. **A CONFERÊNCIA DE BERLIM.** XII SEMANA DE EXTENSÃO XVI JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 2014, REVISTA DE TRABALHOS ACADÊMICOS-

africanas e criou fronteiras artificiais que separavam grupos étnicos e culturais historicamente interligados, ao passo que pressionavam grupos rivais que frequentemente disputavam por poder, território e recursos a conviver em uma mesma área.¹⁴⁸

Além das divisões forçadas, uma série de outros fatores contribuem para os conflitos no continente. Questões como a governança deficiente, corrupção, desigualdade socioeconômica e marginalização de alguns grupos sociais também desempenham papéis significativos no tangente a essas dissidências. Da mesma maneira, o acesso desigual aos recursos naturais desempenham um papel crucial nos conflitos africanos, pois a disparidade social, incluindo a falta de acesso a recursos básicos como educação, saúde e emprego, alimentam sentimentos de exclusão e injustiça, levando a tensões sociais das quais alimentam ressentimentos que explodem periodicamente em violência.¹⁴⁹

Outrossim, a presença abundante de recursos naturais, como diamantes, ouro, coltan e outros minerais, representam uma dupla faceta para muitos países africanos. Por um lado, tais recursos podem oferecer a esperança de riqueza e desenvolvimento econômico, mas, por outro lado, eles são majoritariamente explorados ilegalmente no mercado internacional e dominados por interesses corruptos. Deste modo, privando esses países de sua riqueza legítima e agravando as disparidades sofridas por estes, além de causar a destruição do meio

CAMPUS NITERÓI, ed. Nº10, 26 ago. 2008. Disponível em: <http://www.revista.universo.edu.br/index.php?journal=1reta2&page=article&op=viewArticle&path%5B%5D=2552>. Acesso em: 18 mar. 2024.

¹⁴⁸ Gettleman, Jeffrey. **Africa's Forever Wars: Why the Continent's Conflicts Never End**. Foreign Policy, março/abril, 2010. Disponível em: http://www.foreignpolicy.com/articles/2010/02/22/africas_forever_wars. Acesso em 20 de março de 2024

¹⁴⁹ *Ibidem*.

ambiente, a perda de terras e recursos tradicionais, bem como, o deslocamento forçado de populações locais e o recrutamento por grupos armados e a adesão a movimentos de resistência.¹⁵⁰

Externamente, os processos históricos, como a Guerra Fria, também deixaram suas marcas na África devido aos conflitos que vêm sendo alimentados por rivalidades entre potências globais e seus proxies locais.¹⁵¹ Durante esse período, as superpotências apoiaram regimes ou grupos rebeldes em conflitos africanos como parte de sua competição global, amparo este que se perpetua até os dias atuais, mascarando as questões migratórias – tópico essencial para a compreensão dos resquícios de conflitos anteriores.¹⁵²

Outro ponto crucial é a ascensão do tráfico internacional de armas, pois as armas possuem baixo custo para a entrada no continente, facilitando o interesse no local como rota. Além disso, têm-se a pirataria e o tráfico humano, igualmente visados no mercado internacional ilegal. Por conseguinte, é possível adentrar, ainda, nos meios não tradicionais que culminam as guerras, como a utilização de crianças-soldados, instrumentalização de laços étnicos, comunitários e religiosos, estupros coletivos e genocídios.¹⁵³

6.1 GUERRAS NO CONTINENTE

Após o século XX, do qual remonta seu processo de descolonização, a África tem sido uma das regiões mais afetadas por

¹⁵⁰ Dunn, Kevin C. (2003), **Imagining the Congo: The International Relations of Identity**. New York: Palgrave Macmillan US.

¹⁵¹ *Ibidem*.

¹⁵² Fisas, Vicenç (2004) – **Cultura de Paz y Gestión de Conflictos**. Barcelona: Ediciones UNESCO, 4ª Edição. ISBN 84-7426-357-3.

¹⁵³ *Ibidem*.

conflitos armados no mundo, no que se equipara a sua população.¹⁵⁴ De acordo com dados fornecidos pela Organização das Nações Unidas:

A África é o segundo maior e mais populoso continente do mundo. É também o continente com maior número de conflitos duradouros em todo o planeta, De um total de 54 países que compõem a África, 24 encontram-se atualmente em guerra civil ou em conflitos armados, de acordo com um levantamento do site Wars in the World. As batalhas mais devastadoras ocorrem, hoje, em Ruanda, Somália, Mali, República Centro-africana, Darfur, Congo, Líbia, Nigéria, Somalilândia e Puntlândia (Estados declarados independentes da Somália em, respectivamente, 1991 e 1998). Esses combates envolvem 111 milícias, guerrilhas, grupos separatistas ou facções criminosas.¹⁵⁵

Em 1994, Ruanda testemunhou um dos mais devastadores episódios de violência étnica da história contemporânea, o Genocídio de Ruanda.¹⁵⁶ O cenário irascível iniciou-se por motivações políticas e antigas rivalidades entre hutus, que formavam a maior parte populacional, os tutsis e os hutus moderados, que eram declaradamente contra o governo extremista do presidente da época, Juvénal Habyarimana.¹⁵⁷

¹⁵⁴ Visentini, P.F; Ribeiro, L. D. **Breve História da África**. Porto Alegre, Leitura XXI, 2007.

¹⁵⁵ Vinhaes, Allan da Silva; Rocha, Tamires Regina. **CONFLITUALIDADE na África – uma temática atemporal**. Brazilian Journal of Development, 2019. Disponível em: file:///C:/Users/Downloads/admin,+Art+17+editado%20(2).pdf. Acesso em: 20 mar. 2024.

¹⁵⁶ Britannica, os editores da Enciclopédia. **Genocídio de Ruanda em 1994** . Enciclopédia Britânica , 24 de janeiro de 2024, <https://www.britannica.com/event/Rwanda-genocide-of-1994>. Acesso em: 14 de março de 2024.

¹⁵⁷ Britannica, os editores da Enciclopédia. **Juvénal Habyarimana**. Enciclopédia Britânica , 8 de fevereiro de 2024, <https://www.britannica.com/biography/Juvenal-Habyarimana>. Acesso em: 14 de março de 2024.

Após a morte do presidente hutu, eclodiu uma onda de violência dos hutus em ataques contra os tutsis que incluíam métodos brutais, desde instrumentos rudimentares até a agressões sexuais que permeavam infecções intencionais de HIV e AIDS. Este conflito sangrento perdurou por cerca de 100 dias, resultando na morte de, aproximadamente, 800 mil pessoas e teve seu fim após o grupo rebelde Frente Patriótica de Ruanda (RPF),¹⁵⁸ liderado por tutsis, conseguir tomar o poder no país.¹⁵⁹

O impacto do massacre reverberou além de suas fronteiras, alcançando a República Democrática do Congo. Estima-se que 2 milhões de tutsis e hutus fugiram para o país vizinho, um fluxo de migração que intensificou-se devido aos traumas do conflito e ao temor de uma nova guerra.¹⁶⁰ Apesar de contar com uma significativa população tutsi, os tutsi-ruandeses enfrentaram hostilidade por parte dos congoleses, além de represálias dos hutus, situação que gerou uma crescente tensão étnica.

Ruanda aproveitou-se da turbulência regional para fortalecer sua influência no país, apoiando grupos rebeldes contra os refugiados hutus que, atrelados à ausência de políticas efetivas de controle migratório e a negligência do governo da época, liderado por Mobutu, em relação aos refugiados, bem como os ataques sofridos por estes, contribuíram para a insatisfação popular e foram elementos-chave no desencadeamento da Primeira e da Segunda Guerra Civil do Congo (1996-2003).¹⁶¹

¹⁵⁸ McKenna, Amy. **Frente Patriótica Ruandesa**. Enciclopédia Britânica, 28 de abril de 2023, <https://www.britannica.com/topic/Rwandan-Patriotic-Front>. Acesso em: 20 de março de 2024.

¹⁵⁹ INTERNATIONAL PEACE INFORMATION SERVICE. MONUC/MONUSCO and Civilian Protection in the Kivus. [S.l.]: 2010.

¹⁶⁰ *Ibidem*.

¹⁶¹ Ribeiro, Luis Dario. África-República Democrática do Congo: Histórico e Conflito. Panorama Internacional-Análise de Conjuntura e Política Internacional. CERJ – Centro Estudantil de Relações Internacionais, UFRGS, 2010

A Aliança das Forças Democráticas pela Libertação do Congo-Zaire (AFDL), liderada por Laurent-Desiré Kabila¹⁶² e apoiada por Ruanda, Uganda e Angola, emergiu como uma força significativa contra o governo de Mobutu. Os rebeldes, impulsionados por sua aliança e pelo desejo de derrubar o regime de Mobutu, avançaram rapidamente pelo território congolês, conquistando várias vitórias militares ao longo do caminho. A tomada de Kinshasa, em maio de 1997, marcou o fim do governo de Mobutu e o início do governo de Kabila. Este último, então, proclamou-se presidente da República Democrática do Congo (RDC), consolidando sua ascensão ao poder.¹⁶³

Tal reviravolta política não só teve um impacto significativo na RDC, mas também reverberou em toda a região dos Grandes Lagos africanos¹⁶⁴. As consequências da Primeira Guerra do Congo ecoaram por muitos anos, moldando as dinâmicas políticas e sociais não apenas no Congo, mas também em países vizinhos, redefinindo alianças regionais e afetando profundamente a estabilidade da região.¹⁶⁵

Após a chegada de Kabila ao poder, houve um período inicial de relativa calma. O novo líder estava determinado a consolidar sua autoridade e a evitar intromissões externas em seu governo, o que resultou na retirada das tropas estrangeiras que o ajudaram a assumir o controle. Essa decisão, porém, causou uma redistribuição de apoios de países como Ruanda e Uganda para grupos rebeldes dissidentes, como

¹⁶² Britannica, os editores da Enciclopédia. **Laurent Kabila**. Enciclopédia Britânica, 25 de abril de 2024, <https://www.britannica.com/biography/Laurent-Kabila>. Acesso em 10 de maio de 2024.

¹⁶³ Britannica, 2024.

¹⁶⁴ Barbosa, Víctor. **A República Democrática do Congo e os Conflitos na Região dos Grandes Lagos**. Neari em Revista, v.3, n.4, 2017.2. Disponível em: . Acesso em: 10 de maio de 2024.

¹⁶⁵ *Ibidem*.

a União Congoleza pela Democracia (RCD) e o Movimento pela Libertação do Congo (MLC).¹⁶⁶

Essas divergências políticas e militares desencadearam a eclosão da Segunda Guerra do Congo, também conhecida como Grande Guerra Africana ou Guerra Mundial Africana. Esse conflito multifacetado envolveu uma ampla gama de atores regionais e locais, com diferentes alianças formadas em apoio ou oposição ao governo de Kabila em Kinshasa. As forças pró-Kabila, incluindo a República Democrática do Congo, Angola, Namíbia e o Chade, confrontaram as forças anti governamentais apoiadas por Ruanda, Uganda, Burundi e outras milícias rebeldes, como os Mai Mai.¹⁶⁷

Outrossim, um palco importante na história de conflitos africanos é o país de Serra Leoa. Após uma independência pacífica (1961) e a libertação da coroa britânica, a nação enfrentou uma grande instabilidade política, com golpes militares e mudanças frequentes de governo.¹⁶⁸ Essa incapacidade de estabelecer uma governança estável e eficaz, a corrupção generalizada, má distribuição de riquezas e exacerbadas tensões sociais étnicas contribuíram para a polarização política e o descontentamento da população.¹⁶⁹

Em 1967, ocorreu uma eleição crucial para o Congresso Nacional de Serra Leoa, na qual o partido APC (Congresso de Todo o Povo) emergiu vitorioso por uma margem estreita. Dentro do APC, destacou-se a figura de Siaka Stevens, que assumiu o cargo de primeiro-ministro.

¹⁶⁶ *Ibidem.*

¹⁶⁷ Barbosa, 2024.

¹⁶⁸ Gellman, Maneesha. **Only looking forward: the absence of war history in Sierra Leone.** In: BENTROVATO, Denise (Coord.) *History Can Bite: History Education in Divided and PostWar Societies.* Berlin: V&R Unipress, 2016, p.141-156.

¹⁶⁹ Serra Leoa entre Guerra Civil e UNAMSIL. *In: Serra Leoa entre Guerra Civil e UNAMSIL.* Observatório de Crises Internacionais: Maria Clara Lage, 6 dez. 2021. Disponível em: <https://sites.ufpe.br/oci/2021/12/06/serra-leoa-guerra-civil-e-unamsil/>. Acesso em: 18 mar. 2024.

Stevens permaneceu nessa posição por quase duas décadas, até 1985, quando se aposentou. Ele então designou o major-general Joseph S. Momoh como seu sucessor, marcando uma transição significativa no cenário político do país.¹⁷⁰

Marcelo Valença disserta quanto a Momoh da seguinte maneira:

De pouca influência política, mas com representatividade junto ao exército, o novo presidente manteve a política de seu antecessor [...]. A população continuava marginalizada e vivendo na pobreza, o que impedia o desenvolvimento da fraca economia local. Esta era cada vez mais dependente de traficantes e atravessadores de diamantes, enquanto empresas que poderiam contribuir para o país eram rejeitadas.¹⁷¹

As disparidades socioeconômicas entre diferentes regiões e grupos étnicos aprofundaram o descontentamento e a desconfiança entre a população. Em 1991, a insurgência lançada pela Frente Revolucionária Unida (RUF) contra o governo local marcou o início de uma guerra civil brutal. O conflito rapidamente se tornou uma luta pelo poder, marcada por violência extrema, incluindo mutilações, assassinatos em massa e recrutamento forçado de crianças-soldados.¹⁷²

¹⁷⁰ Beah, Ishmael. **Muito longe de casa: memórias de um menino-soldado.** Tradução, Cecília Gianetti. São Paulo: Companhia de Bolso, 2015.

¹⁷¹ Valença, Marcelo Mello. **A questão das seguranças nas novas operações de paz da ONU: os casos de Serra Leoa e Bósnia-Herzegovina.** 2006. 185 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006

¹⁷² Valença, 2006

7 REGIMES AUTORITÁRIOS E EXPERIÊNCIAS NÃO DEMOCRÁTICAS

Os regimes autoritários na África têm sido uma realidade persistente ao longo das décadas, caracterizados por governos centralizados, com poder concentrado nas mãos de líderes ou partidos políticos dominantes. Esses regimes frequentemente reprimem a oposição política, limitam as liberdades civis e exercem controle sobre a mídia e outras instituições.¹⁷³

Desde a independência dos países africanos no século XX, vários líderes autoritários emergiram e permaneceram no poder por longos períodos, muitas vezes por meio de eleições questionáveis ou mesmo sem processos democráticos significativos. Entre os exemplos mais proeminentes estão líderes como Mobutu Sese Seko, que governou o Zaire (atual República Democrática do Congo) por várias décadas, e Robert Mugabe, que liderou o Zimbábue desde sua independência em 1980 até sua renúncia em 2017.¹⁷⁴

Esses regimes autoritários são frequentemente marcados por corrupção, nepotismo e má administração econômica, resultando em altos níveis de pobreza, desigualdade e instabilidade social. Além disso, a falta de prestação de contas e transparência nos governos muitas vezes leva a abusos de direitos humanos e violações dos princípios democráticos.¹⁷⁵

¹⁷³ Sanchez, Giovana. **África tem pelo menos 15 governos autoritários, dizem especialistas**. G1, 26 ago. 2008. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL650016-5602,00-AFRICA+TEM+PELO+MENOS+GOVERNOS+AUTORITARIOS+DIZEM+ESPECIALISTAS.html>. Acesso em: 19 mar. 2024.

¹⁷⁴ *Ibidem*.

¹⁷⁵ *Ibidem*.

O Sudão é um exemplo de história marcada por regimes autoritários e instabilidades políticas. Um dos períodos mais significativos desses governos autoritários foi durante o regime de Omar al-Bashir, que chegou ao poder por meio de um golpe militar em 1989 e governou o país por quase três décadas. Durante seu governo, o Sudão enfrentou várias crises internas e conflitos armados, incluindo a guerra civil no sul do país, que eventualmente levou à secessão do Sudão do Sul em 2011.¹⁷⁶

O regime de al-Bashir¹⁷⁷ foi caracterizado por repressão política, violações dos direitos humanos, censura da mídia e instabilidade econômica. Ele consolidou seu poder por meio do controle militar e político, assolando qualquer oposição e mantendo-se no poder através de eleições altamente contestadas. No entanto, em abril de 2019, o governo de al-Bashir foi derrubado após meses de protestos em massa contra seu regime. Isso gerou uma mudança política no Sudão, com a formação de um governo de transição composto por civis e militares. Desde então, o Sudão tem passado por um período de transição política, com desafios significativos na construção de instituições democráticas e na estabilização do país após décadas de autoritarismo.¹⁷⁸

Do mesmo modo, Mobutu Sese Seko foi um líder autoritário que governou a República Democrática do Congo, da qual renomeou como Zaire, durante o período de 1965 a 1997. Seu governo foi marcado por

¹⁷⁶ Collins, Robert O. "**History of Sudan**". Enciclopedia Britannica, 14 de agosto de 2023, <https://www.britannica.com/topic/history-of-Sudan>. Acesso em: 19 de abril de 2024.

¹⁷⁷ Enciclopédia Britânica. Ingham, **Kenneth**. "**Omar al-Bashir**". 23 de fevereiro de 2024, <https://www.britannica.com/biography/Omar-Hassan-Ahmad-al-Bashir>. Acesso em: 19 de abril de 2024.

¹⁷⁸ Enciclopédia Britânica. Ingham, **Kenneth**. "**Omar al-Bashir**". 23 de fevereiro de 2024, <https://www.britannica.com/biography/Omar-Hassan-Ahmad-al-Bashir>. Acesso em: 19 de abril de 2024.

uma série de características típicas de regimes autoritários. Ao assumir o poder após um golpe militar em 1965, Mobutu estabeleceu um regime de partido único e concentrou um vasto poder em suas mãos. Ele governou com “mãos de ferro”, suprimindo qualquer forma de oposição política e restringindo severamente as liberdades civis. Sua guarda presidencial, conhecida como Guarda Republicana, era temida por sua brutalidade contra dissidentes.¹⁷⁹

Além disso, Mobutu também controlava os meios de comunicação, silenciando vozes críticas e promovendo uma imagem de culto em torno de sua pessoa. Ele usava a propaganda estatal para glorificar sua liderança e disseminar uma ideologia de nacionalismo e africanismo, enquanto na prática acumulava uma imensa fortuna pessoal às custas do país. Durante seu governo, o RDG experimentou corrupção generalizada, má administração econômica e estagnação política. A riqueza do país, proveniente de recursos naturais como cobre, diamantes e outros minerais, foi amplamente saqueada por Mobutu e sua elite, enquanto a maioria da população vivia na pobreza.¹⁸⁰

Em contrapartida, a resistência interna contra o governo de Mobutu cresceu ao longo dos anos, culminando em uma guerra civil e uma série de rebeliões que eventualmente levaram à queda de seu regime em 1997. Grupos rebeldes, apoiados por diversas facções políticas e étnicas descontentes desafiaram o regime de Mobutu, que fugiu do país e morreu pouco tempo depois, deixando para trás um legado de autoritarismo, corruptela e instabilidade política.¹⁸¹

O Zimbábue é outro exemplo de país africano que enfrentou um

¹⁷⁹ Enciclopédia Britannica. **Mobutu Sese Seko**. Editores da Enciclopédia Britannica, 21 jan. 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Mobutu-Sese-Seko>. Acesso em: 20 mar. 2024.

¹⁸⁰ *Ibidem*.

¹⁸¹ *Ibidem*.

regime autoritário, especialmente durante o longo período de governo de Robert Mugabe,¹⁸² que durou de 1980 até sua renúncia em 2017. Logo após a independência em 1980, o Zimbábue foi liderado por Mugabe, que inicialmente foi considerado um líder promissor e desempenhou um papel fundamental na transição do país para a independência do domínio colonial britânico. No entanto, ao longo dos anos, seu regime se tornou cada vez mais autoritário, definido pela repressão política, por violações dos direitos humanos e corrupção generalizada.¹⁸³

Mugabe consolidou seu poder através de uma série de medidas, incluindo a supressão da oposição política, o controle da mídia e a manipulação de eleições, tal qual Mobutu. Sua administração também foi marcada por políticas econômicas desastrosas que levaram à hiperinflação, ao desemprego em massa e ao colapso econômico. Além disso, o regime de Mugabe foi responsável por violações dos direitos humanos, incluindo detenções arbitrárias, tortura e perseguição de opositores políticos e defensores dos direitos humanos.¹⁸⁴

Após a saída de Mugabe do poder em 2017, depois de um longo período no comando, o Zimbábue continuou a enfrentar os desafios decorrentes do regime autoritário que caracterizou seu governo. Embora sua remoção tenha suscitado esperanças de mudança, o país ainda enfrenta profundas dificuldades em termos de governança, respeito aos direitos fundamentais e revitalização econômica. A transição para um sistema mais democrático e próspero tem sido lenta e complexa, com

¹⁸² Enciclopédia Britannica. **Robert Mugabe**. Editores da Enciclopédia Britannica, 13 abr. 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Robert-Mugabe>. Acesso em: 28 de maio de 2024.

¹⁸³ Ingham, Kenneth e Bradley, Kenneth. **História do Zimbábue**. Enciclopédia Britânica, 12 de dezembro de 2023, <https://www.britannica.com/topic/history-of-Zimbabwe>. Acesso em: 20 de março de 2024.

¹⁸⁴ *Ibidem*.

muitos obstáculos a superar para alcançar uma verdadeira estabilidade e progresso.¹⁸⁵

7.1 IMPACTOS POLÍTICO-SOCIAIS

Tomando como norte o cenário de experiências não democráticas, para refletir acerca da sociopolítica do continente, é primordial observar os impactos sociais advindos da crueldade ditatorial. Previamente debatido, o enfrentamento a guerras civis e regimes autoritários deixou marcas de violência e gerou um grande custo humanitário para diversas regiões do continente africano que foram assoladas por esses conflitos.

Durante os séculos XVIII e XX, a exploração imperial impôs uma forte influência sobre a iminência de conflitos internos, pois subdividiu as regiões do continente desconsiderando as fronteiras étnicas e climáticas dos povos fundantes, desse modo, ocasionou uma mistura de povos rivais e, conseqüentemente, gerou impactos em toda a estrutura sócio-política do continente, os quais afetaram a África quase permanentemente.¹⁸⁶

Sob essa ótica, tal cenário degradante, para um continente plural que por vários séculos lutou contra movimentos arbitrários e genocidas, agravou o desafio africano na busca pelo desenvolvimento socioeconômico, visto que entre 1990 e 2005 as economias africanas

¹⁸⁵ *Ibidem*.

¹⁸⁶ Boahen, Albert Adu. **O Colonialismo na África: impacto e significação**. In: HISTÓRIA geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília: [s. n.], 2010. cap. 30, ISBN 978-85-7652-129-7. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190255>. Acesso em: 5 mar. 2024.

sofreram com uma perda em torno de US\$ 18 bilhões por ano em decorrência dos conflitos internos.¹⁸⁷

É possível afirmar que o contexto de regresso econômico por muitas regiões da África fez-se em razão do enfraquecimento de suas potências políticas. A imposição europeia de novos padrões de vida e novas culturas ocasionou a fragilização do continente que não tinha liberdade econômica, política e até mesmo de escolher como gerir seu próprio povo.

Em consonância ao cenário devastador, observa-se um contexto de mortes pelo território africano, sejam em decorrência dos conflitos armados, bem como indivíduos afetados pela fome ou por doenças em função da pobreza social e do sucateamento das estruturas de saúde e de produção de alimentos. Dito isto, no final do século XX, a África era o continente que mais sofria com conflitos violentos, como também onde mais pessoas estariam sendo mortas no mundo.¹⁸⁸

Destarte, é fundamental destacar que a maioria dos conflitos neste continente classificam-se como intraestatais.¹⁸⁹ Tal indicativo traduz, parcialmente, a má subdivisão das regiões, já anteriormente debatido, tendo em vista que essa mistura de grupos étnicos rivais desencadeou conflitos internos em cada região. Nesse viés, também é possível constatar que guerras intraestatais tiveram um considerável

¹⁸⁷ Cilliers, Jakkie. **Climate Change, Population Pressure and Conflict in Africa**, p. 11. Pretória, Institute for Security Studies, ISS Paper 178, janeiro de 2009. Disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/98962/PAPER178.pdf>. Acesso em 26 fev. 2024.

¹⁸⁸ COMMISSION FOR AFRICA. **Our Common Interest: Report of the Commission for África**, p. 150. Disponível em: <https://www.bristol.ac.uk/poverty/downloads/keyofficialdocuments/Commission%20for%20Africa%20report.pdf>. Acesso em 29 fev. 2024.

¹⁸⁹ Classificação apresentada por Castellano da Silva (2012), e segue os padrões do projeto Correlates of War (COW), a do Uppsala Conflict Data Program (UCDP) e a do Peace Research Institute of Oslo (PRIO), refere-se a conflitos que ocorrem dentro do próprio país.

estopim após o surgimento de novos Estados africanos,¹⁹⁰ através dos processos revolucionários e de independência dos povos. Nesse contexto, grupos étnicos rivais que estavam coabitando no mesmo território, passaram a disputar pelo seu próprio espaço.

Entretanto, ao observar a conjuntura sociopolítica dos conflitos em África é necessário cautela. Apesar dos conflitos no continente terem raízes comuns, as diferenças étnico-culturais foram evidenciadas pelas disputas imperialistas e neocoloniais. Entretanto, a visão do Ocidente global para o continente ainda é unificado, sem considerar tal diversidade cultural entre os 54 países. Dessa forma, a perpetuação de uma ótica estigmatizada sobre os conflitos em África afigura-se como um impacto sociopolítico ao continente, retrocedendo o contexto africano atual ao imaginário do período colonial, onde não se enxergava a diversidade de povos e etnias.¹⁹¹

Ademais, para além de enumerar os impactos sociais no continente, é essencial considerar a multiplicidade cultural de grupos étnicos e originários, bem como minorias sociais que são acometidas por estes impactos e, em sua maioria, são as maiores vítimas dos conflitos internos e das consequências do neocolonialismo.

Para compreender as dificuldades enfrentadas por esses povos, é necessário definir as minorias sociais existentes em África. A Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (CADHP) em seu artigo 18º explicita:

Artigo 18º

¹⁹⁰ Spears, Ian S. **Debating Secession and the Recognition of New States in Africa** pp. 42-43. *African Security Review*, Pretória, vol. 13, no. 2, junho de 2004.

¹⁹¹ Chinweizu. **África e os países capitalistas**. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. *História geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: [s. n.], 2010. p. 2-5. ISBN 978-85-7652-130-3. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190256>. Acesso em: 19 abri. 2024.

1. A família é o elemento natural e a base da sociedade. Ela tem que ser protegida pelo Estado, que deve zelar pela sua saúde física e moral.
 2. O Estado tem a obrigação de assistir a família na sua missão de guardião da moral e dos valores tradicionais reconhecidos pela comunidade.
 3. O Estado tem o dever de zelar pela eliminação de toda a discriminação contra a **mulher** e de assegurar a proteção dos direitos da mulher e da **criança** tais como estipulados nas declarações e convenções internacionais.
 4. As pessoas **idosas** ou **incapacitadas** têm igualmente direito a medidas específicas de proteção que correspondem às suas necessidades físicas ou morais.
- (grifos nossos).¹⁹²

Portanto, ao analisar o íterim deste artigo, é possível aferir algumas minorias reconhecidas pela CADHP, quais são mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência. Posteriormente, é imprescindível estudar como tais grupos são afetados mais gravemente com as consequências de conflitos internos nos Estados africanos e como esses indivíduos tornam-se vítimas fatais em sistemas de poder arbitrário.

No final do século XX, durante os regimes autoritários em África, mulheres e idosas eram perseguidas por grupos religiosos – frutos de discursos políticos fundamentalistas –, sob a óbice de estarem envolvidas em “cultos satânicos” – termo utilizado pelos colonizadores à época. Essas mulheres eram demonizadas, expulsas de suas comunidades e, muitas vezes, queimadas vivas. Segundo Silvia

¹⁹² **Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos** (CADHP), 1ª edição, Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos; Luanda, Dezembro de 2014.

Federici,¹⁹³ a denominada “caças às bruxas” consistia apenas em uma desculpa para perseguir mulheres africanas.

Em complementação, a autora afirma que tratar o movimento de “caça às bruxas”, com fundamento na falácia do “atraso” e “irracionalidade” da sociedade africana, é alimentar estereótipos coloniais, visto que o movimento supracitado trata-se de um problema global. Ademais, a prova de que a presença dos europeus no território causou modificações nas concepções dos povos faz-se por si própria, tendo em vista que grupos étnicos africanos que não utilizavam o termo “bruxa” antes da presença dos europeus hoje em dia acreditam e temem a “bruxaria”.

Nesse sentido, obtém-se que a intervenção neocolonial ao território africano afetou não somente a qualidade de vida e a autodeterminação dos povos fundantes, mas também sobrepôs uma “mão invisível” sobre o imaginário dos povos e em seus diversos estilos de vida, causando, portanto, interferências a sua cultura.

Sendo assim, é notável que tal movimento contra mulheres africanas não se estrutura no passado histórico de grupos étnicos africanos, mas constitui-se pela crise social instaurada¹⁹⁴ no continente através da tentativa de reestruturação dos povos em reação à intervenção de políticas econômicas por meio dos países ex-colonizadores.

Sob perspectiva diversa, em relação aos grupos étnicos e originários que constituem minoria, destaca-se o povo *San*¹⁹⁵ do

¹⁹³ Federici, Silvia. **Caça às bruxas, globalização e solidariedade feminista na África dos dias atuais.** In: Federici, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas.** Brasil: Boitempo, 2019. p.107-138.

¹⁹⁴ *Ibidem.*

¹⁹⁵ Pedro, Leonardo Tuyenikumwe; Mussili, Paulino Luís. **Aspectos sóciohistóricos dos povos !kung (khoisan) de Angola.** Njinga & Sepé: Revista Internacional de

território angolano, o qual sofreu repressão intraestatal por não ter sua identidade étnica reconhecida pelo governo. Atualmente, o povo *San* é considerado uma minoria no país e queixam carência de políticas públicas aos povos excluídos, o que prejudica a qualidade de vida desse grupo que é afetado pela pobreza e fome, além da falta de participação política.¹⁹⁶

O povo *San* está presente em vários territórios, como Angola, Namíbia, Zâmbia, etc, e é parte de uma etnia indígena – os *Khoisan*¹⁹⁷ – no continente. Assim como várias outras etnias de povos originários africanos, eles não têm sua identidade étnica reconhecida, sujeitando-os a uma posição desassistida pelos governantes.

Outrossim, também pode-se destacar os povos Tutsis e Hutus, grupos étnicos originários das regiões correspondentes à Ruanda e Burundi. Ambos os povos viviam em relativa harmonia, entretanto, após a colonização alemã, a organização sociopolítica desses grupos foi modificada, dando início a uma série de conflitos. Com a intervenção europeia, a organização desses dois povos foi modificada, enquanto Tutsis foi designados para assumir cargos mais altos, os Hutus acumularam ressentimento sobre isso. Durante as rebeliões Hutus, os pés do povo Tutsis foram cortados, representando, simbolicamente, a diminuição da desigualdade social entre esses povos.¹⁹⁸

Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), vol.1, nº Especial, p.164- 188, dez. 2021.

¹⁹⁶ Menongue, Adolfo Guerra. **Angola: ONG condena discriminação da minoria San**. DW, [S. l.], 2 mar. 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/angola-ong-condena-discrimina%C3%A7%C3%A3o-da-minoria-san/a-60986010>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹⁹⁷ *Ibidem*.

¹⁹⁸ Albuquerque, Bele; VIVAS, Gal. **Tutsis x Hutus**. [S. l.], 2001. Disponível em: https://facom.ufba.br/com112_2000_1/geo_on_line/tutsis_hutus.htm. Acesso em: 26 fev. 2024.

O desentendimento político entre Hutus e Tutsis foi causa do Genocídio de Ruanda, à época o governo era composto pelos Hutus que planejavam matar a minoria Tutsis e o fizeram de modo brutal, deixando uma marca de, aproximadamente, 800 mil mortos. Em 1998, foi feito um acordo no país para que o governo fosse partilhado entre Hutus e Tutsis, mas até hoje Ruanda enfrenta uma jornada de reconciliação com seus cidadãos.¹⁹⁹

Portanto, os referidos cenários em Angola e Ruanda demonstram explicitamente como a intervenção europeia, durante a colonização, afetou diretamente a arquitetura de paz nos Estados africanos, dando causa a conflitos, em alguns casos, previamente inexistentes. Em consequência a isso, tem-se como resultado os impactos supracitados, que perduram até o atual cenário político.

¹⁹⁹ Mugabi, Isaac. **Ruanda: Hutus e tutsis reconciliam-se após genocídio**. DW, [S. l.], 10 mai. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/ruanda-hutus-e-tutsis-reconciliam-se-ap%C3%B3s-genoc%C3%ADdio/a-48693086> Acesso em: 26 fev. 2024.

8 ATUAL CENÁRIO POLÍTICO DEMOCRÁTICO E ANTI-DEMOCRÁTICO NO CONTINENTE

A segunda metade do século XX foi marcada por austeridade e conflitos armados. Não somente no continente africano, mas por muitas regiões do globo, situação que agravou todo o cenário político internacional, o que pôde ser constatado pela Guerra Fria e seus resquícios, fato marcante que dividiu o mundo em duas ideologias distintas, disseminando discursos políticos autoritários e assolando uma tensão entre nações rivais.²⁰⁰

Após a década de 1980, muitos países passaram a reconhecer os Estados africanos como independentes politicamente. Apesar disso, os rastros da opressão imperialista não foram apagados, um exemplo disto é o racismo estrutural, problemática gerada pelo mundo ocidental contra a população africana e demais povos pretos pelo globo.²⁰¹

Nessa perspectiva, o que observa-se em África do final do século XX ao início do século XXI são os vestígios dessa conjuntura de massacre e arbitrariedade. Logo, é necessário elaborar um debate acerca das consequências sofridas, visto que os desastres perpassam de um simples momento histórico para assolar o continente em seu cenário político de forma estrutural.

Atualmente, é possível constatar que muitos Estados africanos ainda vivem sob a determinação de governos anti-democráticos, sustentados por ideologias arbitrarias e com sua população sujeita à miséria. Analogamente, existem Estados democráticos que ainda sofrem

²⁰⁰ Diallo, 2011.

²⁰¹ Chinweizu, 2010.

com a vulnerabilidade socioeconômica, por serem afetados com a violência de seu passado histórico.²⁰²

Desse modo, apesar da existência de democracias em África, é preciso compreender que esse modelo ainda é marcado por retrocessos. Muitos Estados sofreram com a transição para a democracia, o que desencadeou guerras civis e episódios de genocídio, como é o caso de Ruanda. Entretanto, a comunidade internacional deve compreender efetivamente o processo de democratização da África, haja vista que esse momento para as nações do continente foi caracterizado por um processo que combinou ideias, valores e instituições democráticas ocidentais somados às preexistentes nas sociedades africanas.²⁰³

Segundo o Ranking de Democracia do *The Economist Intelligent Unit* realizado em 2008²⁰⁴, na África Subsaariana, 6 países viviam em “democracias imperfeitas” (África do Sul, Cabo Verde, Botsuana, Namíbia, Lesoto e Benim) e apenas 1 país vivia em “democracia plena”, sendo este as Ilhas Maurícias.

Nesta mesma pesquisa, constatou-se que 37 países viviam entre “regimes híbridos” (Mali, Madagáscar, Moçambique, Senegal, Gana, Tanzânia, Zâmbia, Libéria, Malawi, Uganda, Quênia, Etiópia, Burundi, Gâmbia, Serra Leoa) e “regimes autoritários” (Mauritânia, Ruanda, Burkina Faso, Comores, Nigéria, Camarões, Níger, Angola, Costa do

²⁰² Marzui, Ali A. **O horizonte 2000**. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. História geral da África, VIII: África desde 1935. Brasília: [s. n.], 2010. ISBN 978-85-7652-130-3. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190256>. Acesso em: 13 mai. 2024.

²⁰³ Nóbrega, Álvaro. **A democracia em África**. Anuário de Relações Internacionais, Lisboa, p. 130-131, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/handle/11144/1043>. Acesso em: 5 mar. 2024.

²⁰⁴ **The Economist Intelligence Unit's Index of Democracy 2008**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://graphics.eiu.com/pdf/democracy%20index%202008.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2024.

Marfim, Suazilândia, Gabão, Congo, Sudão, Zimbábue, Togo, Eritreia, Rep. Democrática do Congo, Guiné Equatorial, Guiné Conacri, Guiné-Bissau, Rep. Central Africana e Chade).²⁰⁵

Apesar da pesquisa ter sido lançada no ano de 2008, na atualidade a diferença não é discrepante. Em 2020, um relatório do Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral (IDEA).²⁰⁶ Constatando que existem mais regimes autoritários que democracias em África, o estudo revela também que a qualidade das democracias está em declínio ao longo do tempo.²⁰⁷ Tal análise é comprovada, tendo em vista que o mesmo Instituto observou o seguinte posicionamento: nos anos 1990 havia 3 democracias e 42 regimes autoritários; em 2015 já eram 22 democracias; mas em 2020 obtiveram um resultado de 18 democracias, 19 regimes autoritários e 13 regimes híbridos. Por fim, o relatório também constatou o sucesso de quatro golpes militares, quais sejam: Chade, Guiné-Conacri, Mali e Sudão.²⁰⁸

Para explicar a dinâmica dos governos africanos, pode-se trazer o exemplo de Angola,²⁰⁹ país que experimentou um violento processo revolucionário de independência por resultado da divergência de partidos políticos, sofrendo com a intervenção política estadunidense.

²⁰⁵ *Ibidem*.

²⁰⁶ The Global State of Democracy IN FOCUS Taking Stock of Global Democratic Trends Before and During the COVID-19 Pandemic Special Brief, December 2020 The Global State of Democracy. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.idea.int/democracytracker/sites/default/files/2022-11/global-democratic-trends-before-and-during-covid-19-pandemic.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2024.

²⁰⁷ Lusa. **Há mais regimes autoritários em África, diz estudo**. DW, [S. l.], 22 nov. 2021. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/n%C3%BAmero-de-regimes-autorit%C3%A1rios-superam-as-democracias-em-%C3%A1frica/a-59896983>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²⁰⁸ *Ibidem*.

²⁰⁹ Ndomba, Borralho. **"O MPLA finge ser democrata e a UNITA finge ser oposição"**. DW, [S. l.], 29 mar. 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/angola-o-mpla-finge-ser-democrata-e-a-unita-finge-ser-oposi%C3%A7%C3%A3o/a-63219719>. Acesso em: 28 fev. 2024.

Nos dias atuais, apesar de ter em seu passado um histórico grave de repressões e conflitos internos, o país vive hoje um governo democrático, entretanto, muitos grupos ainda sofrem com a pobreza devido à instabilidade econômica e política no país.²¹⁰

Sob esta ótica, fica claro como os processos democráticos em África foram abalados com os rastros do que o continente sofreu nos séculos passados. A violência e a opressão do Ocidente reprimiu a liberdade política e cultural de vários povos, estes que, contemporaneamente, enfrentam e lutam contra um cenário de dificuldades econômicas, pobreza social, regimes autoritários remanescentes e desenvolvimento a curtos passos.

Em oposição à situação experimentada em Angola, é possível mencionar a Libéria, país que sofreu por 12 anos com uma guerra civil e que inicialmente foi colonizada por escravizados libertos dos Estados Unidos. Atualmente, o país vive em uma situação de paz estável, como afirma a ex-presidente Ellen Johnson Sirleaf, em razão de iniciativas governamentais de promoção à proteção e à liberdade da sociedade civil.²¹¹ Apesar de o cenário de recuperação democrática na Libéria servir como exemplo para outras nações, o país ainda sofre com percalços na sua estrutura econômica e, em decorrência disso, observam-se muitos protestos da população por melhores condições de vida.²¹²

²¹⁰ Diallo, 2005.

²¹¹ Jalloh, Abu-Bakarr; TOPONA, Eric. **"A democracia está a espalhar-se por África", diz Sirleaf**. DW, [S. I.], 28 abr. 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/ellen-johnson-sirleaf-a-democracia-est%C3%A1-a-espalhar-se-por-%C3%A1frica/a-43579798>. Acesso em: 26 fev. 2024.

²¹² Kpadeh, Evelyn. **Protestos na Libéria para pedir melhorias económicas**. DW, [S. I.], p. 130-131, 7 jan. 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/milhares-de-liberianos-saem-%C3%A0s-ruas-para-pedir-melhorias-econ%C3%B3micas/a-51909417>. Acesso em: 8 mar. 2024.

8.1 POLÍTICAS ATUAIS DE COMBATE AO AUTORITARISMO

Em contraposição à mentalidade de retrocesso que o Ocidente possui sobre a África, o continente é altamente articulado politicamente e percebe-se como tem sido por muitos anos, a exemplo, os processos revolucionários cujos líderes construíram um novo jeito de pensar sobre a união dos povos africanos. Não somente por esse momento histórico, mas, desde então, fundou-se um imaginário político de mudança em África, independente de intervenções ocidentais; assim, a inserção do continente na política internacional fortificou-se de maneira una.

Naturalmente, é fundamental destacar a independência africana ao construir seu espaço no cenário internacional. Assim pode-se aduzir como os Estados passaram a se autorregular e resolver suas próprias questões, pois somente o conseguiram após séculos de luta contra a intervenção do homem branco.

Logo, com a criação da Organização de Unidade Africana (OUA), os líderes revolucionários almejavam por um mecanismo que abrisse os caminhos para o autodesenvolvimento africano,²¹³ desprendendo-se do berço colonial para alcançar a paz e a união do continente. Em sucessão à OUA, a União Africana buscava os mesmos objetivos, mas sob olhares mais adequados, indo atrás da União e não da Unidade – considerando a pluralidade dos Estados.

Ao longo do anos, a UA solidificou sua atuação, desenvolvendo políticas de combate aos resquícios do autoritarismo pelo continente. Uma das ações pioneiras em seu Ato Constitutivo foi a criação da Arquitetura de Paz e Segurança Africana (APSA),²¹⁴ em 2000, instituto

²¹³ Diallo, 2005.

²¹⁴ ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE AFRICANA. **Ato Constitutivo da União Africana**, Lomé, Togo, 2000. Disponível em: <https://au.int/sites/default/files/treaties/7758->

que atua por meio de diversos órgãos prevenindo conflitos, com o fito de estabelecer, manter e construir a paz. Além disso, um elemento essencial que compõe a APSA é a Política de Defesa e Segurança Comum Africana (CADSP),²¹⁵ em 2004, e seu fundamento de criação constitui-se na premissa de que a segurança de um Estado africano é a segurança de outros Estados africanos e do continente por inteiro.

Nessa perspectiva, também em evidência, tem-se o “Pacto de Não-Agressão e de Defesa Comum da União Africana”, firmado em 2005, com base na consciência da gravidade dos conflitos inter e intraestatais, visando uma África unida e forte, os Estados-membros acordaram os seguintes objetivos:

- (i) promover a cooperação entre os Estados-Membros em matéria de não-agressão e de defesa comum;
- (ii) promover a coexistência pacífica em África;
- (iii) prevenir os conflitos inter e intra-Estados; e
- (iv) zelar para que os diferendos sejam resolvidos por meios pacíficos.²¹⁶

Desta feita, os signatários deste pacto tem por obrigação resolver os conflitos de forma pacífica, cooperando entre si, o que configura um avanço para alcançar um cenário de paz no continente.

treaty-0021_-_CONSTITUTIVE_ACT_OF_THE_AFRICAN_UNION_P.pdf. Acesso em 15 mar. 2024.

²¹⁵ Serpa, Rafaela Pinto. **A UNIÃO AFRICANA E O GERENCIAMENTO DE CONFLITOS NO CONTINENTE: A ARQUITETURA DE PAZ E SEGURANÇA AFRICANA (APSA)**. 2017. 87 p. Monografia (Bacharela em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/187593/001083298.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 mar. 2024.

²¹⁶ UNIÃO AFRICANA. **Pacto de Não-Agressão e de Defesa Comum da União Africana**, Abuja, Nigéria, 31 jan. 2005. Disponível em:https://au.int/sites/default/files/treaties/37292-treaty-0031_-_african_union_non-aggression_and_common_defence_pact_p.pdf. Acesso em 16 mar. 2024.

Nesse ínterim, a integração por meio da regionalização dos Estados africanos faz-se, aqui, um ponto de partida primordial para a construção de alianças entre as nações, bem como para o alcance da paz e da união do território africano. Para isso, a Agenda 2063 desenvolvida pela UA, em 2015, possui destaque, pois põe em pauta os objetivos e as aspirações desejadas pelos africanos nos próximos anos, como:

- i) prosperidade com base no desenvolvimento sustentável e no crescimento econômico inclusivo;
- ii) integração regional e continental;
- iii) democracia, boa governança, respeito aos direitos humanos, justiça e domínio da lei;
- iv) paz e segurança;
- v) valores, herança comum e identidade cultural fortalecida; vi) desenvolvimento dirigido pelas pessoas;
- e
- vii) África como um ator dominante no plano global.²¹⁷

Segundo a própria UA, essa Agenda é um plano estratégico para inclusão e desenvolvimento sustentável do continente, assim como traz a materialização do sonho pan-africano de concretizar a integração próspera e pacífica de África.

Em relação à integração interna, é notório a contribuição da África do Sul para a associação econômica do continente. Através do BRICS²¹⁸ – acrônimo para o grupo econômico de países emergentes composto por: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul–, a relação econômica externa de África alcançou um desenvolvimento independente de

²¹⁷ UNIÃO AFRICANA. **Agenda 2063: A África que Queremos**, Etiópia, 2015. Disponível em: https://au.int/sites/default/files/documents/36204-doc-agenda2063_popular_version_po.pdf. Acesso em: 16 mar. 2024.

²¹⁸ História do BRICS. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/assuntos/reuniao-do-brics/historia-do-brics>. Acesso em: 16 mar. 2024.

nações ex-colonizadoras do continente. Para além da representação, por meio da África do Sul, o continente inseriu-se numa nova ordem econômica com países de mercado emergente, afastando-se dos interesses exploratórios ocidentais disfarçados de investimentos para democracias.

Sendo assim, a presença de um país africano no BRICS reforça a existência de uma nova onda de mudanças globais, marcada pelo surgimento da multipolaridade e pela interdependência.²¹⁹ Esse indicativo é fundamental para os países africanos em desenvolvimento, pois demonstra como, cada vez mais, essas nações podem desprender-se do imaginário colonial de dependência econômica ou sócio-política.

Além dessa integração e das missões de paz dentro do continente, o debate internacional de Estados africanos sob conflitos externos têm se intensificado. Recentemente, em decorrência da Guerra Russo-Ucraniana, alguns países africanos se pronunciaram a favor da manutenção da paz em Kiev, em missão liderada pelo presidente da África do Sul. O estadista Cyril Ramaphosa, acompanhado dos chefes de Estado de Zâmbia, Congo, Comores, Senegal, Uganda e Egito, estiveram no território ucraniano para uma missão de paz que, segundo ele, carrega uma perspectiva africana e tem por objetivo pôr fim às hostilidades do conflito.²²⁰

Por fim, conclui-se que, apesar da caracterização retrógrada ocidental para o continente, África possui ricos debates no âmbito

²¹⁹ Pereira, Analúcia Danilevicz. **A ÁFRICA DO SUL E OS BRICS: UMA NOVA BALANÇA DE PODER MUNDIAL?** Associação Brasileira de Relações Internacionais, Rio Grande do Sul, 3 ago. 2014. Disponível em: https://www.seminario2014.abri.org.br/resources/anais/21/1407354185_ARQUIVO_AFRICADOSUL_BRICS.pdf. Acesso em: 20 mar. 2024.

²²⁰ Presidente da África do Sul inicia missão de paz em Kiev. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2023-06/presidente-da-africa-do-sul-inicia-missao-de-paz-em-kiev>. Acesso em: 23 mar. 2024.

nacional e internacional, bem como avança cada dia mais no cenário político e econômico. A independência do continente é solidificada todos os dias, em contrapartida aos resquícios deixados pelo passado hostil.

9 RELAÇÕES BILATERAIS DO CONTINENTE AFRICANO COM OUTRAS NAÇÕES E ORGANISMOS

O continente africano constituiu, ao longo de sua trajetória política e diplomática, parcerias externas formais com outros países do globo, a fim de consolidar sua soberania e desenvolvimento econômico, bem como promover a paz entre as nações. Essas relações chamadas bilaterais se constituem através de acordos que beneficiam mutuamente os países. Tais acordos foram possíveis de existir mediante reuniões entre a União Africana (UA) e chefes de Estado ou seus representantes diplomáticos.²²¹

A relação desenvolvida entre a África e a Liga dos Países Árabes (LEA) se iniciou em uma Cúpula África-Árabe ocorrida em março de 1977, no Egito. A parceria foi consolidada em outubro de 2010, durante a segunda cúpula, a partir da qual surgiu o plano de ação conjunto África-Árabe a ser desenvolvido no período de 2011 a 2016.²²²

A estratégia de parceria entre os organismos continentais estabeleceu uma declaração com as principais posições comuns sobre questões regionais e internacionais. Em acordo, decidiram que a parceria ali firmada seria executada em quatro áreas de cooperação: política; econômica; comercial e financeira; agricultura e segurança alimentar; e sociocultural. O plano de ação tinha como finalidade, transformar em planos concretos, a estratégia anteriormente determinada. A reunião da Cúpula planejada para ser realizada em Riad, Arábia Saudita, em novembro de 2023 foi cancelada.²²³

²²¹ AFRICAN UNION. External partnerships between the AU and organisations, regions or countries. Disponível em: <https://au.int/en/partnerships>. Acesso em: 02 mar. 2024.

²²² *Ibidem*.

²²³ *Ibidem*.

A importância da aliança firmada entre a União Europeia (UE) e a União Africana (UA), por sua vez, se traduz na sua influência no contexto político, sendo a União Europeia uma das mais renomadas uniões econômicas existentes. Essa parceria foi consolidada durante a primeira Cúpula África-UE realizada em abril de 2000, na cidade do Cairo no Egito.²²⁴

A sexta Cúpula UA–UE foi realizada na cidade de Bruxelas, em fevereiro de 2022. Nesta reunião foi proposta uma visão conjunta entre as duas Uniões para 2030. Os objetivos da parceria são solidariedade, segurança, paz, desenvolvimento econômico sustentável e prosperidade para os cidadãos das duas Uniões. Com o foco na promoção de uma prosperidade sustentável para os dois continentes, os líderes das nações que compõem a UE anunciaram um pacote de investimentos no valor de 150 bilhões de euros com o objetivo de impulsionar investimentos públicos e privados em áreas como energia, transição energética, transformação digital, mobilidade e empregabilidade de estudantes, entre outras.²²⁵

Existe uma conexão entre a África e os países latino-americanos marcada por laços ancestrais e culturais ricos em diversidade e sede por independência, ao mesmo tempo em que é permeada por questões de cunho político e social, como o intenso processo de colonização europeia, que levou a exploração de recursos naturais e a escravização de povos nativos.²²⁶

²²⁴ EUROPEAN UNION. European Council. Council of European Union. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/en/meetings/international-summit/2022/02/17-18/>. Acesso em: 07 mar. 2024.

²²⁵ EUROPEAN UNION. European Council. Council of European Union. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/en/meetings/international-summit/2022/02/17-18/>. Acesso em: 07 mar. 2024.

²²⁶ Africa-South America Cooperative Fórum (ASACOF). Disponível em: <https://www.auti.africa/wp-content/uploads/2019/02/Africa-South-America-Partnership.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2024.

A União Africana também tem estabelecido nas últimas décadas parcerias com países da América do Sul. O Fórum de Cooperação África–América do Sul (ASA) foi realizado, pela primeira vez, em novembro de 2006, na Nigéria. O objetivo do Fórum consiste em fomentar o desenvolvimento do comércio e da indústria para ambas as regiões. Do mesmo modo, tem como intuito ser um espaço de diálogo sobre paz e segurança, democracia, governança e justiça social..²²⁷

O primeiro diálogo de alto nível entre a comissão da União Africana e os Estados Unidos da América resultou na formalização da cooperação sobre questões de caráter político, econômico e social. No ano de 2015, os EUA aprovaram a prorrogação, por mais 10 anos, da Lei de Oportunidades de Crescimento para a África, que permite a alguns dos vários países africanos, exportar produtos com incentivos fiscais para os EUA..²²⁸

Outra relação bilateral que envolve os países africanos diz respeito à parceria com a China. O acordo firmado entre a UA e a China ocorreu por meio de um fórum de cooperação, que existe desde 2000, o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC). Sua principal meta é expandir a cooperação entre os países, traduzida em colaboração econômica..²²⁹

Ocorrida em 1993, a Conferência Internacional de Tóquio para o Desenvolvimento Africano (TICAD) formalizou a ligação entre África e Japão. Seus objetivos perpassam as esferas políticas e econômicas, e tem por finalidade o fornecimento de suporte para as políticas de desenvolvimento de África, além de promover a cooperação entre a Ásia

²²⁷ *Ibidem.*

²²⁸ African growth and Opportunity Act (AGOA). Disponível em: <https://www.cbp.gov/trade/priority-issues/trade-agreements/special-trade-legislation/african-growth-and-opportunity-act>. Acesso em: 07 mar. 2024.

²²⁹ 中非合作论坛. Disponível em: <http://www.focac.org/>. Acesso em: 07 mar. 2024.

e o continente africano. A oitava conferência TICAD foi realizada na Tunísia, em 2022.²³⁰

Outro país asiático com o qual a União Africana constituiu parceria foi a Índia. Em uma cúpula de líderes realizada em Nova Deli, no ano de 2008, a Índia estabeleceu um acordo de cooperação com a África. Diante de acordos firmados, a relação desenvolvida promove uma contribuição para o desenvolvimento industrial e comercial, assim como investimentos na educação e na promoção da paz e da segurança. A relação antiga com a Índia foi importante para a inserção da União Africana como membro no G20 na reunião realizada em setembro de 2023.²³¹

A união entre África e Turquia, por sua vez, teve início no ano de 2008, em uma cúpula realizada em Istambul, na qual desenvolveram um quadro de cooperação que apontava os principais objetivos da aliança firmada, dentre os quais estão o investimento em paz, segurança, economia, cultura, educação, meio ambiente e tecnologia. O acordo segue em vigor com reuniões periódicas para alinhamento das ações. A partir dessas relações bilaterais tem sido realizado o “Turquia-África: Fórum de Negócios e Economia”, o qual, em 2023, foi realizada a quarta edição.²³²

Por fim, vale destacar a inserção da União Africana no G20 enquanto membro permanente. O organismo apresenta um grande potencial econômico e promete contribuir para as discussões realizadas na cúpula. Tal situação coloca a UA em uma posição de destaque e

²³⁰ TICAD. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/region/africa/ticad/index.html>. Acesso em: 25 mar. 2024.

²³¹ Sobre o G20. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/sobre-o-g20>. Acesso em: 07 mar. 2024.

²³² Türkiye-Africa Business and Economic Forum. Disponível em: <http://tabef.org/>. Acesso em: 25 mar. 2024.

vantagem política, visto que poderão participar ativamente nas discussões e decisões econômicas a nível mundial.²³³

²³³ *Ibidem.*

10 CONCLUSÃO

Em conclusão, a análise dos regimes autoritários em África, das revoluções que abalaram o continente e do processo de descolonização característico do século XX, é essencial para entender a complexidade da história africana e o seu impacto global. A herança do colonialismo e da exploração econômica deixou marcas profundas, refletidas em conflitos étnicos, regimes autoritários e desafios socioeconômicos persistentes.

A resistência e luta por independência lideradas por figuras emblemáticas demonstram a busca pela autodeterminação e soberania, apesar dos obstáculos enfrentados. Com a sua rica miscelânea de culturas e civilizações, ela tem sido um contributo precioso para o patrimônio cultural global, influenciando a história humana desde os tempos pré-históricos até o presente.

A diversidade cultural e geográfica da África é um tesouro a ser preservado, mas a pressão por conformidade a modelos econômicos dominantes ameaça a sustentabilidade e a autonomia das comunidades locais. Logo, a necessidade de políticas que promovam o desenvolvimento sustentável, respeitando as tradições e conhecimentos de seus povos, é crucial para garantir um futuro próspero para o continente. De tal modo, a superação dos desafios atuais requer um esforço conjunto, tanto interno quanto externo, para fortalecer as instituições democráticas e promover a inclusão social e econômica de todos os povos africanos.

Durante este período, a população africana enfrentou desafios incontáveis. No entanto, a despeito das adversidades, o continente tem evidenciado uma capacidade notável para se reinventar e persistir. A

resiliência e a determinação do povo africano são um testemunho do espírito humano, um espírito inquebrável mesmo face às adversidades mais severas.

Analisando o futuro, o continente africano tem vindo a emergir como uma potência econômica e social. O seu papel no palco global é indiscutível, e é previsível que continue a crescer à medida que avançamos no século XXI. O continente africano possui um potencial imenso, com uma abundância de recursos naturais e humanos que, se corretamente geridos, podem impulsionar o continente a novos níveis de desenvolvimento e prosperidade.

Com a sua variedade de culturas, línguas e tradições, evidencia-se o papel essencial que o continente tem a desempenhar na configuração do futuro global. A sua importância no cenário internacional não pode ser subestimada. A África é um manancial inesgotável de potencial e oportunidades, e desempenha, indubitavelmente, um papel crucial na construção do nosso futuro comum.

Neste íterim, é imperativo que se continue a investir no estudo profundo da história africana. Ao proceder desta forma, não só se obtém uma compreensão mais rica da trajetória humana, mas também se pode começar a esboçar um caminho para um futuro mais inclusivo e próspero, onde a contribuição de cada continente para a nossa história global é devidamente reconhecida e apreciada.

Diante do cenário de conflitos e crises humanitárias, é fundamental fomentar o diálogo e a cooperação internacional para construir soluções duradouras e equitativas. A África, com sua história de resistência e diversidade, tem o potencial de se tornar um polo de desenvolvimento econômico e inovação no século XXI. Reconhecer e celebrar essa narrativa de persistência e resiliência é essencial para construir um futuro mais justo e próspero para todos os habitantes do

continente africano.

11 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

About the African Union. The African Union Commission. Disponível em: <https://au.int/en/overview>. Acesso em: 8 mar. 2024.

About ECOWAS. Disponível em: <https://www.ecowas.int/about-ecowas/>.

ÁFRICA DO SUL. BBC News. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56261043>. Acesso em 21 mar. 2024.

African growth and Opportunity Act (AGOA). Disponível em: <https://www.cbp.gov/trade/priority-issues/trade-agreements/special-trade-legislation/african-growth-and-opportunity-act>. Acesso em: 07 mar. 2024.

África Ocidental. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/western-Africa>. Acesso em: 21 mar. 2024.

AFRICAN UNION. External partnerships between the AU and organisations, regions or countries. Disponível em: <https://au.int/en/partnerships>. Acesso em: 02 mar. 2024.

Africa-South America Cooperative Fórum (ASACOF). Disponível em: <https://www.auti.africa/wp-content/uploads/2019/02/Africa-South-America-Partnership.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2024.

AU (2002). ACTO CONSTITUTIVO DA UNIÃO AFRICANA, Addis Ababa. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/377048654/Acto-Constitutivo-Ua>. Acesso em: 4 mar. 2024.

AU (2002). Protocol Relating to the Establishment of the Peace and Security Council of the African Union, The African Union Commission, Addis Ababa. Internet: http://www.au.int/en/sites/default/files/Protocol_peace_and_security.pdf. Acesso em: 2 mar. 2024.

Arendt, Hannah. **Sobre a Revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Badi, Mbuyi Kabunda. **La integración africana: problemas y perspectivas**. Madrid: Agencia Española de Cooperación Internacional, 1993, p. 31.

Baines, John; Malik, Jaromir. *Cultural Atlas of Ancient Egypt*. London: Andromeda Oxford Limited, 2008.

Barbosa, Muryatan Santana. **Pan-africanismo e teoria social: uma herança crítica**. África, São Paulo. v. 31-32, p. 135-155, 2011/2012.

Barbosa, Victor. **A República Democrática do Congo e os Conflitos na Região dos Grandes Lagos**. Neari em Revista, v.3, n.4, 2017.2. Disponível em: . Acesso em: 10 de maio de 2024.

Barbosa, M. **A África por ela mesma: a perspectiva africana na História Geral da África (UNESCO)**. 2012. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.8.2012.tde-09012013-165600>. Acesso em: 21 de março de 2024.

Boahen, Albert Adu. **A África diante do desafio colonial**. In: BOAHEN, Albert Adu (ed.). *História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880- 1935*. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010. cap. 1, p. 1-22. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190255_por. Acesso em: 15 dez. 2021.

Bolsanello, M. A.. (1996). **Darwinismo social, eugenia e racismo "científico": sua repercussão na sociedade e na educação brasileira**. *Educar Em Revista*, (12), 153–165. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.166>

Britannica, os editores da Enciclopédia. **"Laurent Kabila"**. Enciclopédia Britânica , 25 de abril de 2024, <https://www.britannica.com/biography/Laurent-Kabila>. Acesso em 10 de maio de 2024.

Britannica, os editores da Enciclopédia. **Genocídio de Ruanda em 1994** . Enciclopédia Britânica , 24 de janeiro de 2024, <https://www.britannica.com/event/Rwanda-genocide-of-1994>. Acesso em: 14 de março de 2024.

Britannica, os editores da Enciclopédia. **Juvénal Habyarimana**. Enciclopédia Britânica, 8 de fevereiro de 2024, <https://www.britannica.com/biography/Juvenal-Habyarimana>. Acesso em: 14 de março de 2024.

Brett, Michael; Warmington, Brian H.; Abun-Nasr, Jamil M.. North Africa. **Encyclopedia Britannica**, 17 mar. 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/North-Africa>. Acesso em: 19 mar. 2024.

Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (CADHP), 1ª edição, Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos; Luanda, Dezembro de 2014.

Chinweizu. **África e os países capitalistas**. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. História geral da África, VIII: África desde 1935. Brasília: [s. n.], 2010. p. 2-5. ISBN 978-85-7652-130-3. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190256>. Acesso em: 19 abri. 2024.

Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Economic-Community-of-West-African-States>. Acesso em: 21 mar. 2024.

Connah, G. **Civilizações Africanas: Uma Perspectiva Arqueológica**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

Curtin, Philip. Tendências recentes das pesquisas históricas africanas e contribuição à história em geral. In: KI-ZERBO, J. (coord.) História Geral da África. I. Metodologia e Pré-História da África. São Paulo, UNESCO; Ática; 1980. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190249> (Acesso em 21 de março de 2024)

Chabal, Patrick. **Amílcar Cabral: liderança revolucionária e guerra do povo**. Cambridge University Press, 1983.

Cuco, Arcénio. (2016). **FRELIMO: de um movimento revolucionário a partido político**. Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR. 2. 137. 10.5380/nep.v2i2.46989.

Cabral, João de Pina. **Entre África e América: o Atlântico como espaço de experiência**. Lisboa: Edições 70, 2002.

Connah, G. **Civilizações Africanas: Uma Perspectiva Arqueológica**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

de Assis, Caroline Chagas; Ribeiro, Renata Albuquerque; Garcia, Ana Saggiaro. **Integração regional africana: panorama, avanços e desafios**. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bepi32art5>.

De Oliveira, Guilherme Ziebell; Cardoso, Nilton César Fernandes. **A inação das Comunidades Econômicas Regionais no contexto da crise nos Camarões: Um retorno ao passado?**. *Africana Studia*, n. 33, 2021.

Delgado, J. V. RECURSOS ZOOGENÉTICOS, **NEOCOLONIALISMO E FOME: SEM SOBERANIA POLÍTICO-ECONÔMICA NÃO PODE HAVER SOBERANIA ALIMENTAR**. *Revista UFG*, p. 128, 2017.

de Novais Reis, Maurício; de Andrade, Marcilea Freitas Ferraz. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. **Revista espaço acadêmico**, v. 17, n. 202, p. 01-11, 2018

de Jesus, L. S. B.; de Barros, M.; Filice, R. C. G. (EDS.). **Tecendo redes antirracistas II: contracolônização e soberania intelectual**. 2020.

do Nascimento Barbosa, W. **Neocolonialismo: Um Conceito Atual?** Sankofa. *Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*, p. 8, 8 dez. 2011.

Diallo, A. O. **INTEGRAÇÃO AFRICANA: DA ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE AFRICANA À UNIÃO AFRICANA**. *Espaço Jurídico Journal of Law [EJL]*, v. 6, n. 1, p. 7–20, 2005.

Diallo, Mamadou. **A Paz e desenvolvimento na África do século XXI: um balanço do período pós-Guerra Fria**. *Videre*, Dourados, MS, ano 3, n.5, p.43-61, jan-jun.2011.

Diallo, Alfa Oumar. *Renascimento Africano e Desenvolvimento*. **Conjuntura Austral**, 2011, v. 2, n. 6, pág. 92-120.

Dussel, Enrique. **1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Petrópolis, RJ:

Vozes, 1993.

Cabral, João de Pina. **Entre África e América: o Atlântico como espaço de experiência**. Lisboa: Edições 70, 2002.

EENI Global Business School. Línguas afro-asiáticas, nilo-saarianas, nigero-congolesas, khoisan, austronésias (Doutoramento em Negócios Africanos). **Línguas africanas**, Barcelona. Disponível em: <https://www.hauniversity.org/pt/Lenguas-africanas.shtml>. Acesso em: 17 mar. 2024.

Enciclopédia Britânica. Ingham, **Kenneth**. "**Omar al-Bashir**". 23 de fevereiro de 2024, <https://www.britannica.com/biography/Omar-Hassan-Ahmad-al-Bashir>. Acesso em: 19 de abril de 2024.

Enciclopédia Britânica. **Mobutu Sese Seko**. Editores da Enciclopédia Britânica, 21 jan. 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Mobutu-Sese-Seko>. Acesso em: 20 mar. 2024.

Enciclopédia Britânica. **Robert Mugabe**.. Editores da Enciclopédia Britânica, 13 abr. 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Robert-Mugabe>. Acesso em: 28 de maio de 2024.

Enciclopédia Britânica. **African National Congress**, 6 Mar. 2023. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/African-National-Congress>. (Acesso em 9 de março 2024)

Enciclopédia Britânica. **Popular Movement for the Liberation of Angola**, 17 Dez. 2023. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Popular-Movement-for-the-Liberation-of-Angola>. (Acesso em 9 de março 2024)

Enciclopédia Britânica. **Frelimo**, 27 Out. 2023. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Frelimo>. (Acesso em 9 de março 2024)

Enciclopédia Britânica. **Gana - Independence, Gold Coast, Kwame Nkrumah**, 5 Mar. 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Gana/History> (Acesso em 9 de março 2024)

Enciclopédia Britannica. **Patrice Lumumba**, 20 Fev. 2023. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Patrice-Lumumba> (Acesso em: 9 de março 2024)

Enciclopédia Britannica. **Julius Nyerere**, 26 Fev. 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Julius-Nyerere>. (Acesso em: 23 de Março 2024)

Enciclopédia Britannica. **Nelson Mandela**, 19 Mar. 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Nelson-Mandela>. (Acesso em: 23 de março de 2024)

EUROPEAN UNION. European Council. Council of European Union. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/en/meetings/international-summit/2022/02/17-18/>. Acesso em: 07 mar. 2024.

Encyclopaedia Britannica. (s.d.). Western Africa. Britannica. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/western-Africa>. Acesso em: 19 abr. 2024.

Falola, T. **Seek Ye the Political Kingdom: Nationalism and Nation Building**. In: Falola, T. *Nationalism and African Intellectuals*. Rochester, New York: University of Rochester Press, 2001. Cap. 3, p. 97-142.

Fanon, F. **Os condenados da terra**. Paris: François Maspero, 1961.

Fanon, Frantz. **Em defesa da Revolução Africana**. Livraria Sá da Costa Editora. Lisboa, 1980.

Feierman, Steven. **African Histories and the Dissolution of World History**. In: BATES, Robert et alii. *Africa and the Disciplines. The Contributions of Research in Africa to the Social Sciences and Humanities*. Chicago, The University of Chicago Press, 1993.

Fernandes, Márcia. (2016). **A organização da unidade africana como expressão do projeto político continental no pós-independência: disputa e reivindicações**. Sankofa (São Paulo).

FERNANDES, Joel Aló et al. **A consolidação da União Africana e o desenvolvimento sustentável: novos horizontes da integração econômica para viabilizar o mercado comum da África.** 2012.

Fourie, Willem. Four concepts of Africa. *Herv. teol. stud.*, Pretoria, v. 71, n. 3, p. 01-10, 2015. Disponível em: http://www.scielo.org.za/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0259-94222015000100012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 8 mar. 2024.

Galeano, E. (1971). **As Veias Abertas da América Latina.** Buenos Aires: Siglo XXI.

Grupo Banco Africano de Desenvolvimento. **Economia de África cresce mais que a previsão mundial para 2023 e 2024 - Relatório bianual do Banco Africano de Desenvolvimento.** 19 jan. 2023. Disponível em: <https://www.afdb.org/pt/noticias-e-eventos/comunicados-de-imprensa/economia-de-africa-cresce-mais-que-previsao-mundial-para-2023-e-2024-relatorio-bianual-do-banco-africano-de-desenvolvimento-58302>. Acesso em: 18 abr. 2024.

Haffner, J. A. H., & Viana, G. E. S. (2013). **União Africana: desafios e oportunidades do bloco.** *Conjuntura Austral*, 4(20), 69–94. <https://doi.org/10.22456/2178-8839.38134>

Hugon, Philippe. **Geopolítica da África.** FGV, 2010.

Hoogstraten, Jan S.F. van; O'Toole, Thomas E.; Giles-Vernick, Tamara Lynn. Central African Republic. **Encyclopedia Britannica**, 13 Mar. 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Central-African-Republic>. Acesso em: 19 mar. 2024.

Innocent, P. **Great Zimbabwe in Historical Archaeology: Reconceptualizing Decline, Abandonment, and Reoccupation of an Ancient Polity, A.D. 1450-1900.** *Historical Archaeology*, Vol. 47, No. 1, GLOBALIZATION, IMMIGRATION, TRANSFORMATION, 2013.

ISNCA | Symposium. Disponível em: <https://isnca.org/pt/uni%C3%A3o-africana-ua/>. Acesso em: 2 mar. 2024.

Penna Filho, P. **África: desafios e oportunidades no novo milênio** **África. Africa: challenges and opportunities in the new millennium.** *Revista de Educação Pública, [S. l.]*, v. 21, n. 46, p. 303–318, 2012. DOI:

10.29286/rep.v21i46.410. Disponível em:
<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/410>. Acesso em: 2 mar. 2024.

REGULAMENTOS INTERNOS DA CONFERÊNCIA DA UNIÃO E DO CONSELHO EXECUTIVO, ESTATUTOS DA COMISSÃO E REGULAMENTOS INTERNOS DO COMITÉ DOS REPRESENTANTES PERMANENTE. [s.l: s.n.]. Disponível em:

https://archives.au.int/bitstream/handle/123456789/6448/Rules%20of%20Procedure%20of%20the%20Assembly%2C%20Executive%20Council%2C%20PRC%20%26%20Statutes%20of%20the%20Commission%20_P.Pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 18 abr. 2024.

Porto, João Gomes. A Nova Arquitectura de Segurança Africana: O alerta antecipado no seio da União Africana. Online). Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/africa/porto_nova_arquitetura_seg_aficana.pdf, 2010. Acesso em: 1 mar. 2024.

Santos, Eduardo Eugénio Silvestre dos. A Geopolítica de África. **Revista Militar**, Lisboa, p. 975-985, 2022. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1600>. Acesso em: 27 fev. 2024.

United Nations Development Programme. **Ranking IDH Global 2014**. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/idh-global-2014>. Acesso em: 8 mar. 2024.

The World Bank Data. **GDP (current U\$)**. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.CD?end=2022&most_recent_value_desc=false&start=2022&view=bar&year_high_desc=true. Acesso em: 8 mar. 2024.

Penna Filho, Pio. A África no século XXI. A importância do continente para a política internacional. **Revista CEBRI**. abr-jun. 2023. Disponível em: <https://cebri.org/revista/br/artigo/99/a-africa-no-seculo-xxi>. Acesso em: 17 mar. 2024.

Santana, Thiago Machado. **União Africana: por uma geopolítica pan-africanista**.

Martin, Júlia Saint. **O que é o Pan-africanismo?** Disponível em: <https://www.politize.com.br/pan-africanismo>. Acesso em: 17 mar. 2024.

Mbembe, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

Nações Unidas Brasil. **Novo Relatório da UNAIDS mostra que pandemia de AIDS pode acabar até 2030**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/239513-novo-relat%C3%B3rio-do-unaidsmostra-que-pandemia-de-aids-pode-acabar-at%C3%A9-2030-e-descreve-caminho>. Acesso em: 8 mar. 2024.

Neocosmos, Michael. **Do 'estrangeiro nativo' ao 'nativo estrangeiro'. Para uma ontologia política pós-colonial**. África do Sul: Wits University Press, 2010.

Nascimento, Houdini. Disputas no governo e má gestão travam economia da África do Sul. **PODER 360**, 22 ago. 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/disputas-no-governo-e-ma-gestao-travam-economia-da-africa-do-sul/>. Acesso em: 8 mar. 2024.

Low, D. Anthony; Marcus, Harold G. Eastern Africa. **Encyclopedia Britannica**, 17 mar. 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/eastern-Africa>. Acesso em: 19 mar. 2024.

Survival Brasil. **Povos indígenas da África Central**. Disponível em: <https://www.survivalbrasil.org/povos/africacentral>. Acesso em: 23 mar. 2024.

SADC. **Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional 2020-2030**. Disponível em: <https://www.sadc.int/pt-pt/pilares/plano-estrategico-indicativo-de-desenvolvimento-regional-2020-2030>. Acesso em: 20 mar. 2024.

Présentation de l'UEMOA. Disponível em: <https://www.uemoa.int/index.php/presentation>. Acesso em: 19 abr. 2024.

Silva, Alberto da Costa e. Os estudos da História da África e sua importância para a História do Brasil. Abertura da Ila Reunião Internacional de História da África. In: A dimensão atlântica da África. São Paulo, CEA/USP; SDG-Marinha; CAPES, julho de 1999.

Catsossa, L. A. GLOBALIZAÇÃO DO CAPITALISMO EXTRATIVISTA, RECURSOS NATURAIS E O NEOCOLONIALISMO NA ÁFRICA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA MOÇAMBIQUE. **Revista Semestral do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados**. UFGD, v. 12, p. 334, 2021.

Fernandes, L. N. **Las Raíces Históricas del atraso económico en África Subsahariana**. Textos de Economía, p. 88. 2008.

Falola, Toyin. **Colonialism and Violence in Africa**. Bloomington: Indiana University Press, 2009.

Mazrui, Ali; Wondji, Christophe (Eds). **História Geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000325.pdf> (Acesso em 9 de março de 2024)

Barbosa, Muryatan Santana. Pan-africanismo e relações internacionais: uma herança (quase) esquecida. **Carta Internacional**, v. 11, n. 1, 2016, pp. 144-162. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/347> (Acesso em 9 de março de 2024)

Visentini, P. F. Revoluções e Relações Internacionais: o caso africano. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, v. 1, n.1, 2016.

Yazbek, Mustafa. **A Revolução Argelina**. São Paulo: Unesp, 2010.

Rocha, J. T. M. **Guerra, substantivo feminino: o movimento internacional das mulheres da frente de libertação de moçambique (FRELIMO) (1962-1973)**. tede2.pucrs.br, 23 mar. 2023.

Rodney, Walter. **Como a Europa subdesenvolveu a África**. Lisboa: Editora Seara Nova, 1975.

Nkrumah, K. **Gana: The Autobiography of Kwame Nkrumah**. London: PAsNAF, 1971.

Sankara, T. (1987). **Women's Liberation and the African Freedom Struggle**. Pathfinder.

Jaffré, B. **O sonho assassinado de Thomas Sankara**. Le Monde Diplomatique, setembro de 2011. (Acesso em: março de 2024)

Wiredu, Kwasi. **Como não se deve comparar o pensamento africano com o ocidental**, UNILAB. Disponível em: https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/como-n%C3%A3o-comparar-o-pensamento-tradicional-africano_-wiredu.pdf. Acesso em: 18 mar. 2024.

Filosofia africana: a luta pela razão e uma cosmovisão para proteger todas as formas de vida. SUL21, [S. l.], 27 de maio de 2018. Disponível em: <https://sul21.com.br/ultimas-noticias-geral-areazero-2/2018/05/filosofia-africana-a-luta-pela-razao-e-uma-cosmovisao-para-protoger-todas-as-formas-de-vida/>. Acesso em: 2 mar. 2024.

Silva, Igor Castellano da. **O Modo Africano de Fazer a Guerra: A Guerra Proxy Irregular Regionalizada**. Dados, Rio de Janeiro, v. 65, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/DKntGtcsP7YtNzFhr5vPp7M/?format=pdf#:~:text=A%20guerra%20proxy%20na%20%C3%81frica,um%20mundo%20de%20sujeitos%20extrarregionais>. Acesso em: 18 mar. 2024

Pessanha, Clarice C. Franco; Filho, José Carlos de Azevedo; Lobo, Anastácia. **A CONFERÊNCIA DE BERLIM**. XII SEMANA DE EXTENSÃO XVI JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 2014, REVISTA DE TRABALHOS ACADÊMICOS-CAMPUS NITERÓI, ed. Nº10, 26 ago. 2008. Disponível em: <http://www.revista.universo.edu.br/index.php?journal=1reta2&page=articulo&op=viewArticle&path%5B%5D=2552>. Acesso em: 18 mar. 2024.

Ray, Carina. Enciclopédia Britannica. **Thomas Sankara**, 11 Mar. 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Thomas-Sankara>. (Acesso em: 23 de março de 2024)

Gettleman, Jeffrey. **Africa's Forever Wars: Why the Continent's Conflicts Never End**. Foreign Policy, março/abril, 2010. Disponível em: http://www.foreignpolicy.com/articles/2010/02/22/africas_forever_wars. Acesso em 20 de março de 2024

Dunn, Kevin C. (2003), **Imagining the Congo: The International Relations of Identity**. New York: Palgrave Macmillan US.

Fisas, Vicenç (2004) – **Cultura de Paz y Gestión de Conflictos**. Barcelona: Ediciones UNESCO, 4ª Edição. ISBN 84-7426-357-3.

Visentini, P.F; Ribeiro, L. D. **Breve História da África**. Porto Alegre, Leitura XXI, 2007.

Vinhaes, Allan da Silva; Rocha, Tamires Regina. **CONFLITUALIDADE na África – uma temática atemporal**. Brazilian Journal of Development, 2019. Disponível em: file:///C:/Users/Downloads/admin,+Art+17+editado%20(2).pdf. Acesso em: 20 mar. 2024.

McKenna, Amy. **Frente Patriótica Ruandesa** . Enciclopédia Britânica , 28 de abril de 2023, <https://www.britannica.com/topic/Rwandan-Patriotic-Front>. Acesso em: 20 de março de 2024.

Ribeiro, Luis Dario. **África-República Democrática do Congo: Histórico e Conflito**. Panorama Internacional-Análise de Conjuntura e Política Internacional. CERI – Centro Estudantil de Relações Internacionais, UFRGS, 2010

Gellman, Maneesha. **Only looking forward: the absence of war history in Sierra Leone**. In. BENTROVATO, Denise (Coord.) History Can Bite: History Education in Divided and PostWar Societies. Berlin: V&R Unipress, 2016, p.141-156.

Serra Leoa entre Guerra Civil e UNAMSIL. *In: Serra Leoa entre Guerra Civil e UNAMSIL* . Observatório de Crises Internacionais: Maria Clara Lage, 6 dez. 2021. Disponível em: <https://sites.ufpe.br/oci/2021/12/06/serra-leoa-guerra-civil-e-unamsil/>. Acesso em: 18 mar. 2024.

Beah, Ishmael. **Muito longe de casa: memórias de um menino-soldado**. Tradução, Cecília Gianetti. São Paulo: Companhia de Bolso, 2015.

Valença, Marcelo Mello. **A questão das seguranças nas novas operações de paz da ONU: os casos de Serra Leoa e Bósnia-Herzegovina**. 2006. 185 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006

Sanchez, Giovana. **África tem pelo menos 15 governos autoritários, dizem especialistas**. G1, 26 ago. 2008. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL650016-5602,00-AFRICA+TEM+PELO+MENOS+GOVERNOS+AUTORITARIOS+DIZEM+ESPECIALISTAS.html>. Acesso em: 19 mar. 2024.

Collins, Robert O. **"History of Sudan"**. Enciclopedia Britannica, 14 de agosto de 2023, <https://www.britannica.com/topic/history-of-Sudan>. Acesso em: 19 de abril de 2024.

Ingham, Kenneth e Bradley, Kenneth. **História do Zimbabué**. Enciclopédia Britânica, 12 de dezembro de 2023, <https://www.britannica.com/topic/history-of-Zimbabwe>. Acesso em: 20 de março de 2024.

Boahen, Albert Adu. **O Colonialismo na África: impacto e significação**. In: HISTÓRIA geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília: [s. n.], 2010. cap. 30, ISBN 978-85-7652-129-7. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190255>. Acesso em: 5 mar. 2024.

Cilliers, Jakkie. **Climate Change, Population Pressure and Conflict in Africa**, p. 11. Pretória, Institute for Security Studies, ISS Paper 178, janeiro de 2009. Disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/98962/PAPER178.pdf>. Acesso em 26 fev. 2024.

COMMISSION FOR AFRICA. **Our Common Interest: Report of the Commission for África**, p. 150. Disponível em: <https://www.bristol.ac.uk/poverty/downloads/keyofficialdocuments/Commission%20for%20Africa%20report.pdf>. Acesso em 29 fev. 2024.

Classificação apresentada por Castellano da Silva (2012), e segue os padrões do projeto Correlates of War (COW), a do Uppsala Conflict Data Program (UCDP) e a do Peace Research Institute of Oslo (PRIO), refere-se a conflitos que ocorrem dentro do próprio país.

Spears, Ian S. **Debating Secession and the Recognition of New States in Africa** pp. 42-43. African Security Review, Pretória, vol. 13, no. 2, junho de 2004.

Federici, Silvia. **Caça às bruxas, globalização e solidariedade feminista na África dos dias atuais.** In: Federici, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas.** Brasil: Boitempo, 2019. p.107-138.

Pedro, Leonardo Tuyenikumwe; Mussili, Paulino Luís. **Aspectos sóciohistóricos dos povos !kung (khoisan) de Angola.** Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), vol.1, nº Especial, p.164- 188, dez. 2021.

Menongue, Adolfo Guerra. **Angola: ONG condena discriminação da minoria San.** DW, [S. l.], 2 mar. 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/angola-ong-condena-discrimina%C3%A7%C3%A3o-da-minoria-san/a-60986010>. Acesso em: 28 fev. 2024.

Albuquerque, Bele; VIVAS, Gal. **Tutsis x Hutus.** [S. l.], 2001. Disponível em: https://facom.ufba.br/com112_2000_1/geo_on_line/tutsis_hutus.htm. Acesso em: 26 fev. 2024.

Mugabi, Isaac. **Ruanda: Hutus e tutsis reconciliam-se após genocídio.** DW, [S. l.], 10 mai. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/ruanda-hutus-e-tutsis-reconciliam-se-ap%C3%B3s-genoc%C3%ADdio/a-48693086> Acesso em: 26 fev. 2024.

Marzui, Ali A. **O horizonte 2000.** In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. História geral da África, VIII: África desde 1935. Brasília: [s. n.], 2010. ISBN 978-85-7652-130-3. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190256>. Acesso em: 13 mai. 2024.

Nóbrega, Álvaro. **A democracia em África.** Anuário de Relações Internacionais, Lisboa, p. 130-131, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/handle/11144/1043>. Acesso em: 5 mar. 2024.

The Economist Intelligence Unit's Index of Democracy 2008. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://graphics.eiu.com/pdf/democracy%20index%202008.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2024.

The Global State of Democracy IN FOCUS Taking Stock of Global Democratic Trends Before and During the COVID-19 Pandemic Special Brief, December 2020 The Global State of Democracy. [s.l: s.n.]. Disponível em:

<https://www.idea.int/democracytracker/sites/default/files/2022-11/global-democratic-trends-before-and-during-covid-19-pandemic.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2024.

Lusa. **Há mais regimes autoritários em África, diz estudo**. DW, [S. l.], 22 nov. 2021. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/n%C3%BAmero-de-regimes-autorit%C3%A1rios-superam-as-democracias-em-%C3%A1frica/a-59896983>. Acesso em: 28 fev. 2024.

Ndomba, Borralho. **"O MPLA finge ser democrata e a UNITA finge ser oposição"**. DW, [S. l.], 29 mar. 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/angola-o-mpla-finge-ser-democrata-e-a-unita-finge-ser-oposi%C3%A7%C3%A3o/a-63219719>. Acesso em: 28 fev. 2024.

Jalloh, Abu-Bakarr; TOPONA, Eric. **"A democracia está a espalhar-se por África", diz Sirleaf**. DW, [S. l.], 28 abr. 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/ellen-johnson-sirleaf-a-democracia-est%C3%A1-a-espalhar-se-por-%C3%A1frica/a-43579798>. Acesso em: 26 fev. 2024.

Kpadeh, Evelyn. **Protestos na Libéria para pedir melhorias económicas**. DW, [S. l.], p. 130-131, 7 jan. 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/milhares-de-liberianos-saem-%C3%A0s-ruas-para-pedir-melhorias-econ%C3%B3micas/a-51909417>. Acesso em: 8 mar. 2024.

ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE AFRICANA. **Ato Constitutivo da União Africana**, Lomé, Togo, 2000. Disponível em: https://au.int/sites/default/files/treaties/7758-treaty-0021_-_CONSTITUTIVE_ACT_OF_THE_AFRICAN_UNION_P.pdf. Acesso em 15 mar. 2024.

Serpa, Rafaela Pinto. **A UNIÃO AFRICANA E O GERENCIAMENTO DE CONFLITOS NO CONTINENTE: A ARQUITETURA DE PAZ E SEGURANÇA AFRICANA (APSA)**. 2017. 87 p. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/187593/001083298.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 mar. 2024.

UNIÃO AFRICANA. **Pacto de Não-Agressão e de Defesa Comum da União Africana**, Abuja, Nigéria, 31 jan. 2005. Disponível

em:https://au.int/sites/default/files/treaties/37292-treaty-0031_-_african_union_non-aggression_and_common_defence_pact_p.pdf. Acesso em 16 mar. 2024.

UNIÃO AFRICANA. **Agenda 2063: A África que Queremos**, Etiópia, 2015. Disponível em: https://au.int/sites/default/files/documents/36204-doc-agenda2063_popular_version_po.pdf. Acesso em: 16 mar. 2024.

História do BRICS. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/assuntos/reuniao-do-brics/historia-do-brics>. Acesso em: 16 mar. 2024.

Pereira, Analúcia Danilevicz. **A ÁFRICA DO SUL E OS BRICS: UMA NOVA BALANÇA DE PODER MUNDIAL?** Associação Brasileira de Relações Internacionais, Rio Grande do Sul, 3 ago. 2014. Disponível em:
https://www.seminario2014.abri.org.br/resources/anais/21/1407354185_ARQUIVO_AFRICADOSUL_BRICS.pdf. Acesso em: 20 mar. 2024.

Presidente da África do Sul inicia missão de paz em Kiev. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2023-06/presidente-da-africa-do-sul-inicia-missao-de-paz-em-kiev>. Acesso em: 23 mar. 2024.

TICAD. Disponível em:
<https://www.mofa.go.jp/region/africa/ticad/index.html>. Acesso em: 25 mar. 2024.

Sobre o G20. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/sobre-o-g20>. Acesso em: 07 mar. 2024.

Türkiye-Africa Business and Economic Forum. Disponível em:
<http://tabef.org/>. Acesso em: 25 mar. 2024.

Zimmermann, Igor. **OPEP: o que é e qual a sua importância?**, 27 jul. 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/opec-o-que-e/>. Acesso em: 23 mar. 2024.

中非合作论坛. Disponível em: <http://www.focac.org/>. Acesso em: 07 mar. 2024.